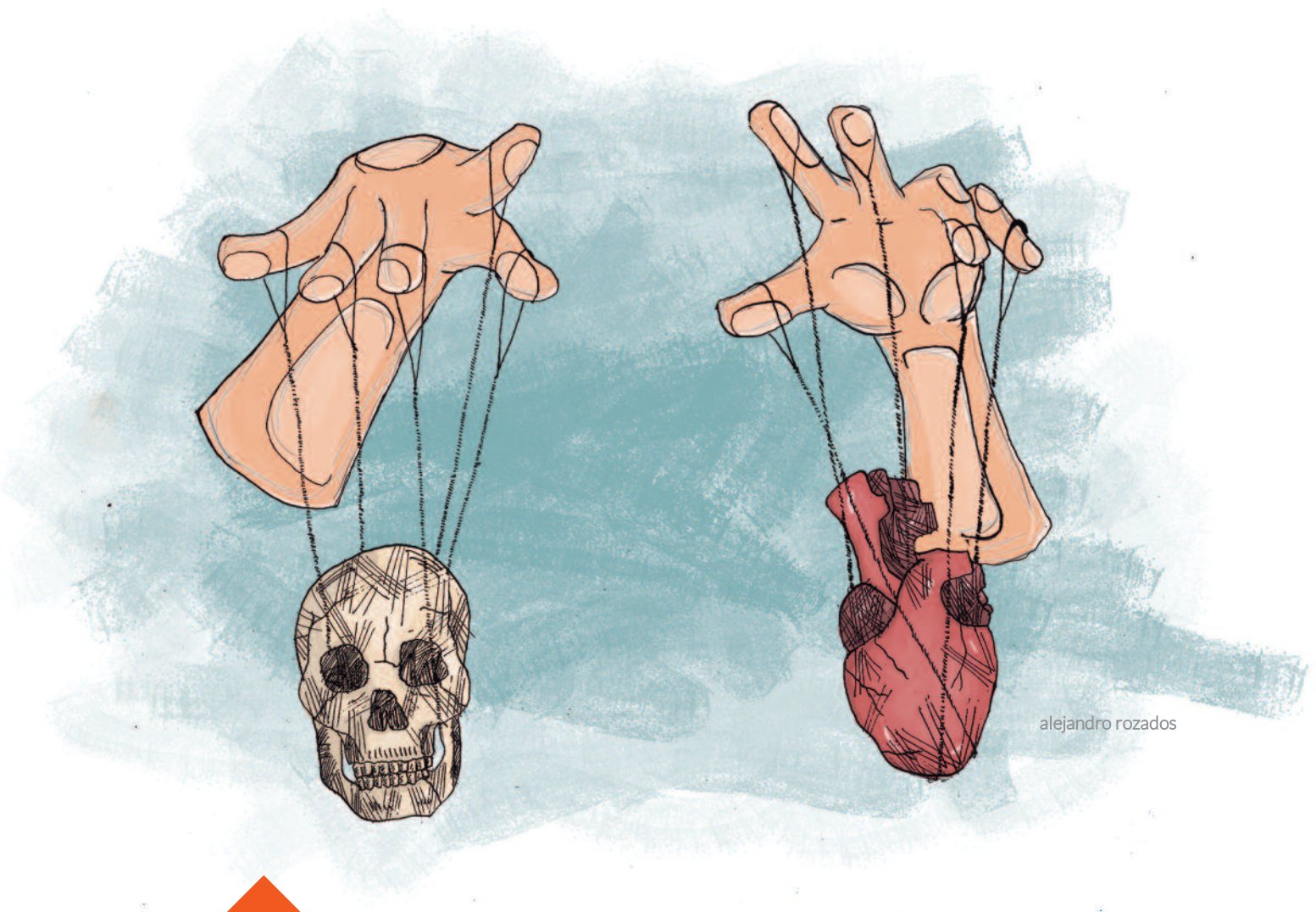
novas da galiza

número 170
Setembro 2018
3 euros

acontece
Oposiçom ao macroprojeto do RC Celta de Vigo 5

em movimento
O ensino primário chega à Semente 18

a terra treme
Ásia Central: achegamo-nos à República do Quirguistám 20


alejandro rozados

6-13

Em que consiste umha boa morte?

A Holanda foi o primeiro país a despenalizar a eutanásia no ano 2000. A Bélgica fijo-o em 2002. Em Portugal, no passado maio, a assembleia da República votava a despenalizaçom da eutanásia sem conseguir aprovaçom. Na Galiza a Associaçom Direito a Morrer Dignamente propom, a 21 anos da morte de Ramón Sampedro, que o 12 de janeiro seja o Dia da Morte Digna.

CORPOS / **16**

Rural diverso: realidade LGTBI além do urbano

"No campo sempre houvo sexualidades nom normativas" defendem as organizadoras do *Son Labreg@,* o festival organizado polo Sindicato Labrego Galego em Chantada. O festival Agrocuir da Ulhoa é outro exemplo de sucesso, que para além de visibilizar a diversidade afetiva e sexual, amplia a questom da diversidade do social para o natural. Em 2017 Arçua acolheu a primeira ediçom do Foro LGTBI 'O rural entende, fai-te ver!', e no próximo mês de novembro a Coordenadora Europeia da Via Campesina levará a cabo umhas jornadas sobre diversidade sexual na Galiza.

CONSELHO DE REDAÇOM/ Aarón L. Rivas, Alba Moledo, Ana Viqueira, Charo Lopes, Maria Álvares, Maria Rodinho, Raul Rios, Xian Naia S., Xoán R. Sampedro

OPINIOM/ Isaac Lourido
ECONOMIA/ Raul Rios
OS PES NA TERRA/ Aarón L. Rivas
CORPOS/ Ana Viqueira
O BOM VIVER/ Conselho de Redaçom

CORREÇOM LINGÜÍSTICA/ Xian Naia S., Fernando V. Corredoira, Vichu García Torea, Rosa Casais, André Taboada Casteleiro
MAQUETAÇOM/ Novas da Galiza
COORDENAÇOM DE IMAGEM/ Charo Lopes
ADMINISTRAÇOM/ Miguel Valcarcel

COLABORAM NESTE NÚMERO/ Alejandro Rozados, Iria Vázquez Silva, David Rodríguez, Uxía Amigo, Brais Arribas, Damián Copena, Zélia Garcia, Semente Compostela, Abrahan Bande Paz, Hassim Vaio Mundo, João Aveledo, Luis X. Cepeda, Maria Bagaria Frá, Nerea V. Lameiro, Paulo Bouzas, Ena Barbazán, Patricia A. Janeiro.

FECHO DE EDIÇOM 23/09/2018

EDITA/
Asociaçom Cultural Minho Media

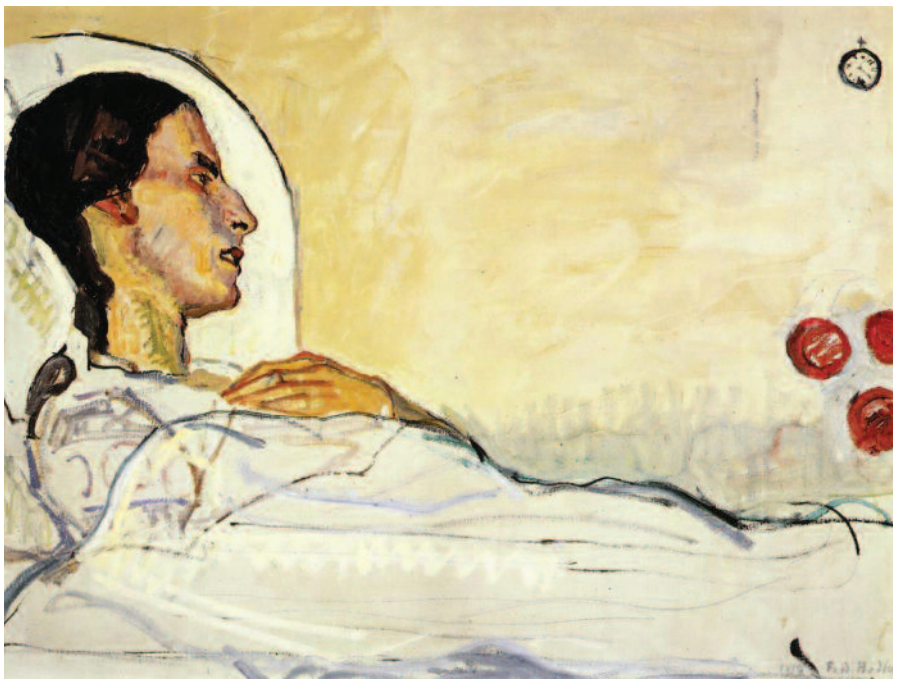
SUBSCRIÇONS/
assinantes@novas.gal

Os conteúdos deste jornal som de livre reproduçom, sempre que se citar procedência e se respeitar a opçom normativa

DEPÓSITO LEGAL / C-1250-02

EDITORIAL / O direito a umha morte digna

Com sua chegada ao governo do Reino de Espanha, o PSOE pretende apresentar-se como um partido que garantirá umha alternativa progressista ao modelo neoliberal. Porém, a falta de interesse por parte do socialismo espanhol em derrogar políticas como a reforma laboral ou a Lei da Mordaça pode restar credibilidade a esta pretensom, ademais de certificar que o estado de bem-estar está pronto para se converter em algo do passado. Com todo, Pedro Sánchez pretende fazer-se ver como umha salvaguarda dos direitos e das liberdades, recuperando a sanidade universal ou avançando umha proposta de lei para a despenalizaçom da eutanásia.



ferdinand hodler

O poder executivo do Reino interessa-se por garantir o direito a que as pessoas com doenças crónicas ou terminais decidam o momento em que querem pôr fim às suas vidas. Mas para isso optou apenas por fazer umha adaptaçom das normativas do Benelux sem fomentar na sociedade um debate real, o que poderia ter sido umha boa oportunidade para medir até que ponto as argumentaçons teológicas estám presentes no ideário espanhol, quando se calcula que há um consenso em favor da eutanásia. Para medir a capacidade de incidência social que umha instituiçom como a Igreja é ainda quem de manter na sociedade.

Mas os direitos nunca som outorgados, ganham-se. Saia a proposta que sair das Cortes, a questom da eutanásia e de umha morte digna vai além das legislaçons. É também umha questom que necessita dumha reflexom ética que consiga superar os paternalismos cara a aquelas pessoas que desejem pôr fim à sua vida. E, neste caminho, individualidades e coletivos sociais tenhem abalado as consciências para fazer compreender que nom só a vida, mas também a morte, precisa de ser digna.

alto falante

altofalante@novas.gal

Perante a sançom de 300€ por recolher assinaturas contra a ordenança

Da Plataforma Lugo Sem Mordaças levamos vários meses a denunciar a pretensom do governo do PSOE de Lugo de aprovar umha ordenança regressiva, discriminatória e repressiva para a cidadania, que procura reprimir a organizaçom popular e esconder os problemas sociais do concelho em lugar de procurar soluçons: a Ordenança de Seguridade e Civismo. A ordenança teoriza com um novo modo de "convivência e civismo" na cidade, que se torna em realidade num extremo e cínico classismo que restringe a liberdade de expressom da vizinhança, excluindo e segregando a partes iguais e atacando as pessoas mais débeis.

A proposta, longe de construir um Lugo mais cívico, fai retroceder o nosso concelho com proibiçons dignas do antigo *Tribunal de Orden Público* franquista. Só por lembrar algumhas das absurdas e coercitivas sançons: multas de até 750 euros por levar umha cadeira para sentar no parque, de até 1.500 euros por vender chatarra ou de até 3.000 euros por pedir esmola.

Como mostra das intençons repressivas do governo local, vimos de receber a sançom de 300€ a um companheiro da Plataforma Lugo Sen *Mordazas por "risco para a segurança pública"*, simplesmente por estar a recolher assinaturas contra a ordenança mordaça com umha pequena mesa dobrável, no passado dia 25 de maio na Praça de Santo Domingo. Esta sançom ampara-se na Lei de Segurança Cidadá, a chamada "Lei Mordaça", aprovada polo PP em 2015 e que o PSOE estatal se comprometera a derrogar quando estava na oposiçom, perante o clamor cidadám em contra desta lei própria de tempos ditatoriais.

Devemos dizer que de aprovar-se a Ordenança que propom o governo do Concelho de Lugo, esta sançom poderia elevar-se até os 1.500€.

[...]

Da Plataforma Lugo Sem Mordaças queremos deixar claro que nom cederemos perante sançons injustas e ilegítimas, apresentaremos alegaçons a esta multa e a quantas cheguem e continuaremos adiante dando a conhecer a aberraçom que implica esta Ordenança Mordaça e levando a cabo quantas atividades e açons consideremos oportunas até atingir a retirada íntegra da citada Ordenança Cívica municipal.

Se tocam a umha, tocam-nos a todas.
Por um Lugo vivo, livre e inclusivo.

Lugo sem Mordaças /

Porque lhe chamam relaçom tóxica quando querem dizer maltrato?

IRIA VÁZQUEZ SILVA

Por vezes sugem conceitos que barulham a realidade mais que clarifica-la; que venhem criar confusom em vez de luz, ou polo menos quando nom som bem usados. Há uns anos um bom amigo fazia brincadeiras falando da ocultaçom da realidade que suponhem algumhas palavras que empregamos a cotio: o ponto limpo, o centro de emprego, o centro de saúde...

Deixando de lado o humor, de uns anos para aqui o conceito de "relaçom tóxica" estendeu-se por todos os círculos para explicar que umha relaçom está a correr mal, que há discussons, problemas, *malos rollos*, broncas. Som todas essas relaçons "simplemente" tóxicas ou muitas deles agocham violência e nom as estamos a nomear bem?

Na minha experiência, depois de anos a trabalhar numha associaçom com mulheres vítimas de violências machistas, o que com frequência acontece é que quando muitas mulheres saem do papel esperado de terem de ter o tipo de relaçom que os homens desejam (e aqui nom existe um único modelo), começam muitos dos problemas nas relaçons afetivas. Certamente, o que Simone de Beauvoir chamava "ser-para-outros/as" segue a conformar a base da identidade feminina nas suas relaçons pessoais.

Quando muitas mulheres saem do papel esperado de terem o tipo de relaçom que os homens desejam (e aqui nom existe um único modelo), começam muitos dos problemas nas relaçons afetivas

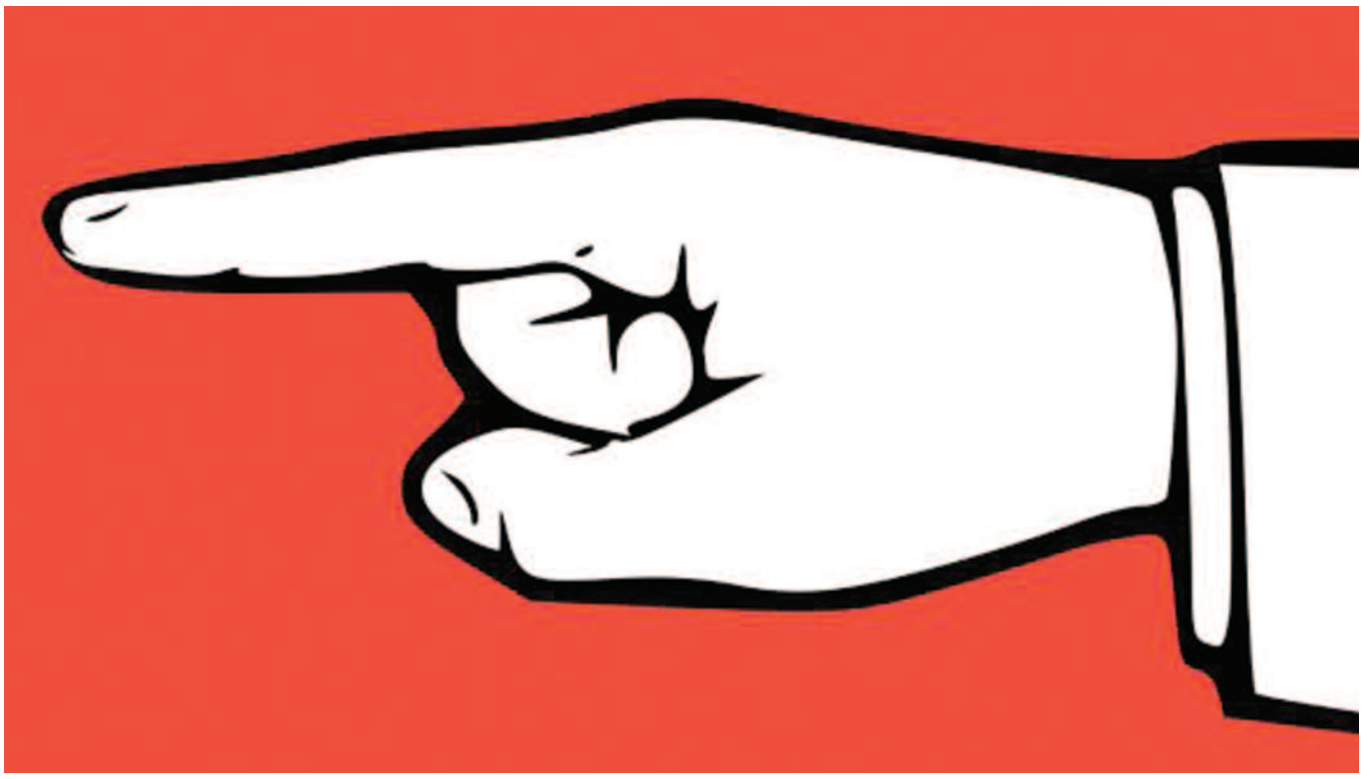
Ainda que o patriarcado nos exprima por toda a parte, construímos também focos de resistência: as mulheres estamos na rua reivindicando o acesso à cidadania, mas nom apenas o acesso aos direitos, senom o acesso pleno a sermos pessoas com desejos próprios e com um projeto de vida próprio, tecendo redes entre nós mesmas e negociando de igual a igual com os homens. Com frequência, isto gera um grande conflito em muitas relaçons heterossexuais porque racha tanto a ideia de masculinidade como de feminidade tradicional, que se baseia em que os homens devem seguir o seu projeto vital e as mulheres ser o "capítulo amoroso" desse projeto. E umha vez que começam as discussons, coam-se as temidas palavras: "temos umha relaçom tóxica".

Se procurares em Santo Google vai-che dizer o que supostamente é umha relaçom tóxica: controla a tua vestimenta, menospreza-te, nom te valora como pessoa nem respeita os teus desejos... Pronto, é umha relaçom tóxica, a culpa é da relaçom. Nom do sistema patriarcal. Depois de me mergulhar na rede e ouvir como som usadas estas duas palavras tenho umha grande confusom entre o que é umha relaçom tóxica e o que é maltrato. E se começamos a chamar as cousas polo seu nome? Que acontece quando as mulheres tratamos de negociar com os homens nas nossas relaçons? Negociar as limpezas, negociar os cuidados, negociar os tempos laborais, negociar as questons económicas, negociar os horários... com frequência, as supostas relaçons tóxicas começam quando as mulheres se atrevem a enfrentar umha negociaçom com homes que nom estám afeitos a conceberem as relaçons como espaços de negociaçom.

E se começamos a chamar as cousas polo seu nome? O que acontece quando as mulheres tratamos de negociar com os homens nas nossas relaçons?

Como Kate Millet já comentara na década de 1970: o patriarcado opera com a máxima eficácia nas relaçons pessoais; e temos de voltar a olhar o que aí está a acontecer, e que ferramentas temos para identificar se existe maltrato nas nossas relaçons. A violência machista campa com absoluta liberdade, está a falhar a prevençom, está a falhar a atençom às vítimas, e está a falhar a deteçom da violência. Quer dizer, está a falhar chamar a violência polo seu nome. Esquecemos a habilidade do patriarcado inventando conceitos para tapar a realidade, e como tenta agochar as relaçons de dominaçom entre homens e mulheres. O que nom é nomeado, já sabemos que nom existe; o que mal se nomeia, pois tampouco existe.

Iria Vázquez Silva é socióloga especializada em género



Lei e exceçom

DAVID RODRÍGUEZ

Castelao, quem nom cansou de advertir da distância que existia entre a lei escrita nas Constituiçons espanholas e a "Hespanha" real, assinalou também como este desajuste adoitava ser resolvido no Estado através de leis de excecionalidade: "As Leis provisionais e de exceçom som as mais necessárias e permanentes, porque nom se ditam em virtude dos princípios político filosóficos que professam os legisladores, senom em virtude de certos factos ou realidades que passárom desapercebidos...". E acrescentava: "Estas Leis [...] som as únicas que funcionam [...] em Hespanha, porque também som permanentes os feitos que as originam".

Com umha Constituiçom, a do 78, que nom prevê (Pérez Royo *dixit*) um jeito democrático de reforma através dos seus próprios mecanismos, a necessidade no Estado espanhol de recorrer a medidas excecionais acabou por se institucionalizar, bem através da monarquia (teoricamente parlamentar), bem através da Audiência Nacional ou bem, como no presente, através de figuras que *surfam* o direito como o juiz Llarena.

Walter Benjamin chegou à conclusom de que, além das ilusons liberais, o que imperava na história nom era a lei, senom a exceçom

Antes que Castelao, em meados do século XIX, o conservador espanhol Donoso Cortés, que passa por ser o pioneiro na teorizaçom da excecionalidade, escreveu, revestindo de ar de cruzada (cousa frequente na reaçom espanhola) o que nom era mais do que a apelaçom à força frente à razom: "Quando os que obedecem se insurrecionam contra os que mandam [...], nom será necessária a omnipotência para que se salve a sociedade inteira comovida nos seus cimentos?"

Para Donoso, a exceçom que interrompia o fluir da lei era semelhante ao milagre da tradiçom cristã. Umha irrupçom divina que restabelecia a ordem desde mais além do direito.

Inspirado por Georges Sorel, e pola sua ideia da greve geral revolucionária, bem como por Carl Schmitt – aluno, por sua vez, de Donoso Cortés –, Walter Benjamin chegou à conclusom de que, além das ilusons liberais, o que imperava na história nom era a lei, senom a exceçom. Benjamin, quem padeceu a época da emergência do nazi-fascismo, foi testemunha privilegiada, e vítima, de um tempo em que a exceçom se convertera na norma.

Mas, em paralelo, Benjamin também desenvolveu a sua própria ideia de exceçom: a do tempo messiânico. O tempo em que os dominados conseguem travar o decorrer da história e do direito para instaurar um novo reino, umha nova ordem, além das leis existentes.

Acho todas estas reflexons mais úteis para entender o que acontece no presente na relaçom entre a Catalunha e Espanha que cem tratados sobre legislaçom, jurisprudência e constitucionalismo.

A situaçom autenticamente política produz-se quando umha nova legitimidade irrompe esfarelando a ordem legal vigente. Reconhecer que esse é o cerne do assunto e tratar de dar-lhe umha via razoável e democrática – por exemplo consultando o povo que demonstra capacidade de desestabilizar o Estado – é o único jeito de evitar o fatal desenlace que conduz a que a razom de Estado do Deus de Donoso e a esperança no porvir do Messias de Benjamin, se enfrentem diretamente com base na sua respetiva e desigual força bruta.

David Rodríguez é autor de *O canastro sen tornarratos* (Xerais)

NUTRIMOS AS TÚAS IDEAS!
audiovisual | fotografía | animación | deseño | formación
www.illabufarda.gal | info@illabufarda.gal
ILLA BUFARDA

Projeto do Club Deportivo Celta em Mos

MÓS /

Comunidade de Montes de Tameiga enfrenta projeto de centro comercial

Vinculado à construçom da nova cidade desportiva do Real Club Celta de Vigo

redaçom
conselho@novas.gal

A nova cidade desportiva que o Real Club Celta de Vigo tem projetada no concelho de Mós topou com a oposiçom da Comunidade de Montes Vizinhais de Tameiga, onde se formula a construçom de umha zona comercial. As obras para os equipamentos desportivos desta cidade já começárom na paróquia de Pereiras, segundo informa o próprio clube, onde sim chegou a um acordo com a sua Comunidade de Montes para ficar com os terrenos.

"Se aceitássemos um projeto que leva implícito a desapariçom da própria Comunidade de Montes, seria um suicídio", explica Antonio Cajide, presidente da Comunidade de Montes de Tameiga. O principal impacto deste projeto seria sobre o fornecimento de água. "Na zona em que querem construir há cinco canalizaçons que abastecem cinco comunidades de águas diferentes", expom Cajide, uns recursos que com a construçom da grande área desapareceriam. Para este representante da Comunidade de Montes está claro que essa nova área comercial é um projeto especulativo, em que entrarám interesses de diferentes casas comerciais e fundos de investimento. "Estám a disfarçar o que seria um pelotaço urbanístico como a construçom de umha área desportiva para o Celta de Vigo", afirma Cajide.

O concelho de Mós, com maioria absoluta do PP e com Nidia Arévalo à cabeça, mostra-se partidário da construçom da grande área comercial anexa à cidade desportiva do Celta. A própria alcaldesa assegurou que "sem o centro comercial nom é viável a operaçom da cidade desportiva". Assim, esta corporaçom municipal está a promover umha modificaçom pontual do PGOM aprovado em 2017 para que os solos de proteçom florestal correspondentes às paróquias de Pereiras e Tameiga sejam requalificados.

> "Estám a disfarçar o que seria um pelotaço urbanístico como a construçom dumha área desportiva para o Celta de Vigo"

> Concelho de Mós quer requalificar terrenos de proteçom florestal para a construçom da área comercial

Segundo a documentaçom apresentada polo concelho de Mós à Junta, 240.000 metros quadrados estarám destinados a usos dotacionais privados desportivos, uns 142.000 metros quadrados para área comercial e outros 290.000 metros quadrados passariam a ser de titularidade privada para um espaço de lazer. Após a requalificaçom dos terrenos poderia vir a expropriaçom das terras, mas ao tratar-se de monte em mao comum este só poderia ser efeito de expropriaçom por causa de utilidade pública.

Montes de Tameiga

A atividade da Mancomunidade de Tameiga por um monte com vida é intensa. Cajide expom que contam com um plano de ordenamento do monte, aprovado pola Junta, em base ao qual trabalham. Nas zonas com espécies de aproveitamento madeireiro "há muitas árvores a menos de quatro metros de distância e estamos a fazer cortas para deixar espaço", diz o presidente da Mancomunidade de Tameiga. Para isto, contratárom pessoal e levam a madeira a umha nave própria, onde a cortam, "e temos um camiom que leva à casa do comuneiro a madeira ao preço que a pagaria um madeireiro no monte", explica Cajide. Para além disso, conta-se também com soutos para o seu aproveitamento vizinhal e colabora-se nos trabalhos de roças que precisam realizar as gentes de Tameiga para cumprir as ordenanças da Junta.

Ademais, a Mancomunidade dispom de um centro social, o das Pedrinhas, com piscinas e umha ampla agenda cultural para a vizinhança.

no foco

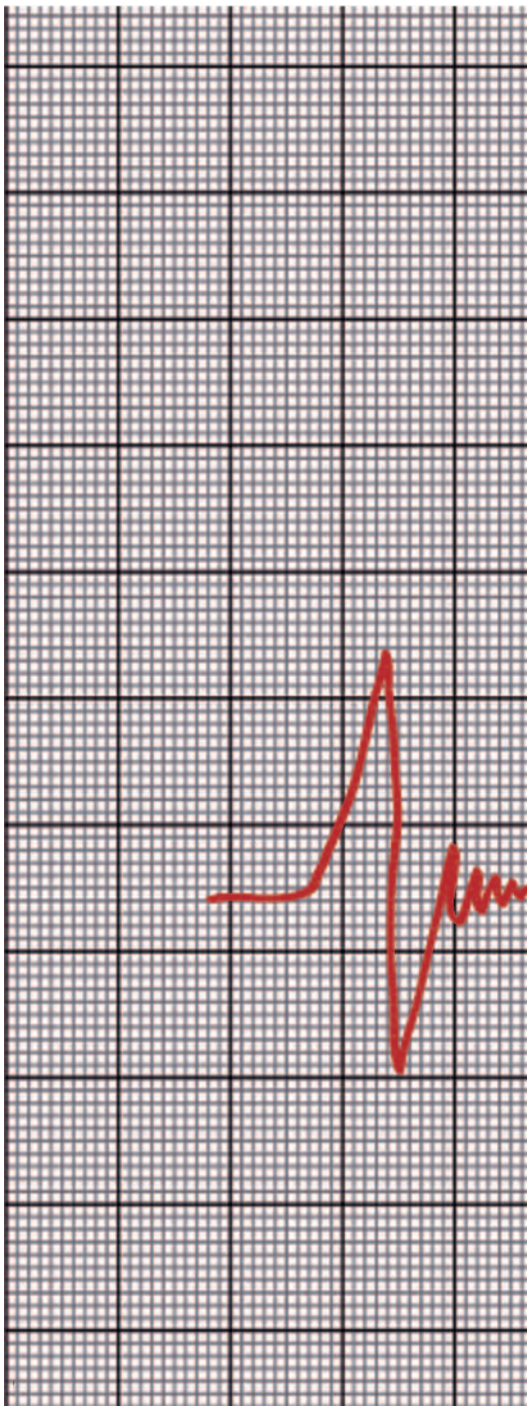
EUTANÁSIA / SITUAÇOM LEGAL E PENAL

DIREITOS /

Arredor do bom morrer

ana viqueira
aarón l. rivas

Quando o direito a viver se converte numha obriga à vida aparece a palavra eutanásia. O PSOE iniciou o trâmite parlamentário para a sua despenalizaçom, mas quanto sabemos dela? Para o advogado especializado em direito sanitário Miguel Vieito é fundamental que a sociedade saiba como exercer os seus direitos para dispor deles. Manter esse debate, aponta, "faria avançar intelectualmente" a sociedade.



"A minha mente é a única parte do meu corpo que ainda está viva. Sou umha cabeça atada a um corpo morto", sustinha Ramón Sampedro perante os tribunais quando em 1994 pedia que lhe autorizá-se a eutanásia. Iniciava-se umha batalha legal e social que marcou um antes e depois. Sampedro recebeu negativas em todos os tribunais aos que acudiu, da Audiência Provincial da Corunha, ao Tribunal Supremo espanhol e inclusive chegando à Corte Europeia de Direitos Humanos.

O caso de Sampedro cada vez foi mais famoso. O homem que ficara tetraplégico com 26 anos ao bater nas rochas quando se tirara ao mar na praia das Furnas, em Junho, alçou a sua voz e, com ela, umha luita: a da morte digna. Quando já nom havia mais tribunal ao que recorrer, em 1998, Sampedro encontrou onze pessoas que organizárom umha trama de açons que permitissem a Ramón cumprir com o seu desejo de morrer tratando de evitar que algum acabasse em prisom. Todo foi filmado, um documento gráfico que emitiria integramente umha canle privada de televisom e algumhas partes também se incluiriam no posterior filme *Mar Adentro*, onde o diretor espanhol Alejandro Amenábar relata a história da luita de Ramón Sampedro. "A intençom foi minha e polo tanto meu é o ato", sustém Sampedro no vídeo.

Nom houvo nenhum outro caso com as dimensons do de Ramón Sampedro, mas sim se fôrom somando mais vozes que reclamavam a eutanásia como um direito que devia ser conquistado.

Lei da morte digna

Dezassete anos depois da sua morte, Galiza aprovava a Lei de direitos e garantias das pessoas enfermas terminais, onde se aprofunda nos direitos a receber cuidados paliativos ou em rechaçar tratamentos que prolonguem umha situaçom de agonia. Assim, reconhece-se o direito da pessoa em estado terminal ou agónico a receber sedaçom. Esta lei também recolhe o dever do pessoal médico a limitar o esforço terapêutico quando a situaçom clínica o aconselhe e considera que o tratamento na fase terminal da vida "deve estar orientado a mitigar o sofrimento da pessoa enferma, apesar de que, como consequência acidental deste tratamento correto, poda acelerar-se a sua morte. O dever do facultativo a respeito da pessoa enferma nom o obriga a prolongar a vida por cima de todo".

Dezassete anos após a morte de Ramón Sampedro, a Junta aprovava a Lei de direitos e garantias das pessoas enfermas terminais, onde se aprofunda nos direitos a receber cuidados paliativos

Ainda que reconhece que foi um passo adiante, o advogado especializado em direito sanitário, Miguel Vieito, é crítico com o nascimento desta normativa. "É umha lei baseada na jurisprudência e que nom inova", sustém, "e entra em contradiçons em alguns pontos como é o dos menores".

No caso dos nenos e nenas, a normativa remete à lei estatal que apenas lhe reconhece aos menores capacidade de decisom. "É umha lei que dá mais autonomia aos pacientes agás aos menores, que lhas quita". Isso, sustém, "é fruto do descuido e estes casos som demasiado complexos como para deixá-los descuidados". O positivo da lei foi a "visibilizaçom dos cuidados paliativos e ser um apoio argumental para o pessoal médico que defende os paliativos".

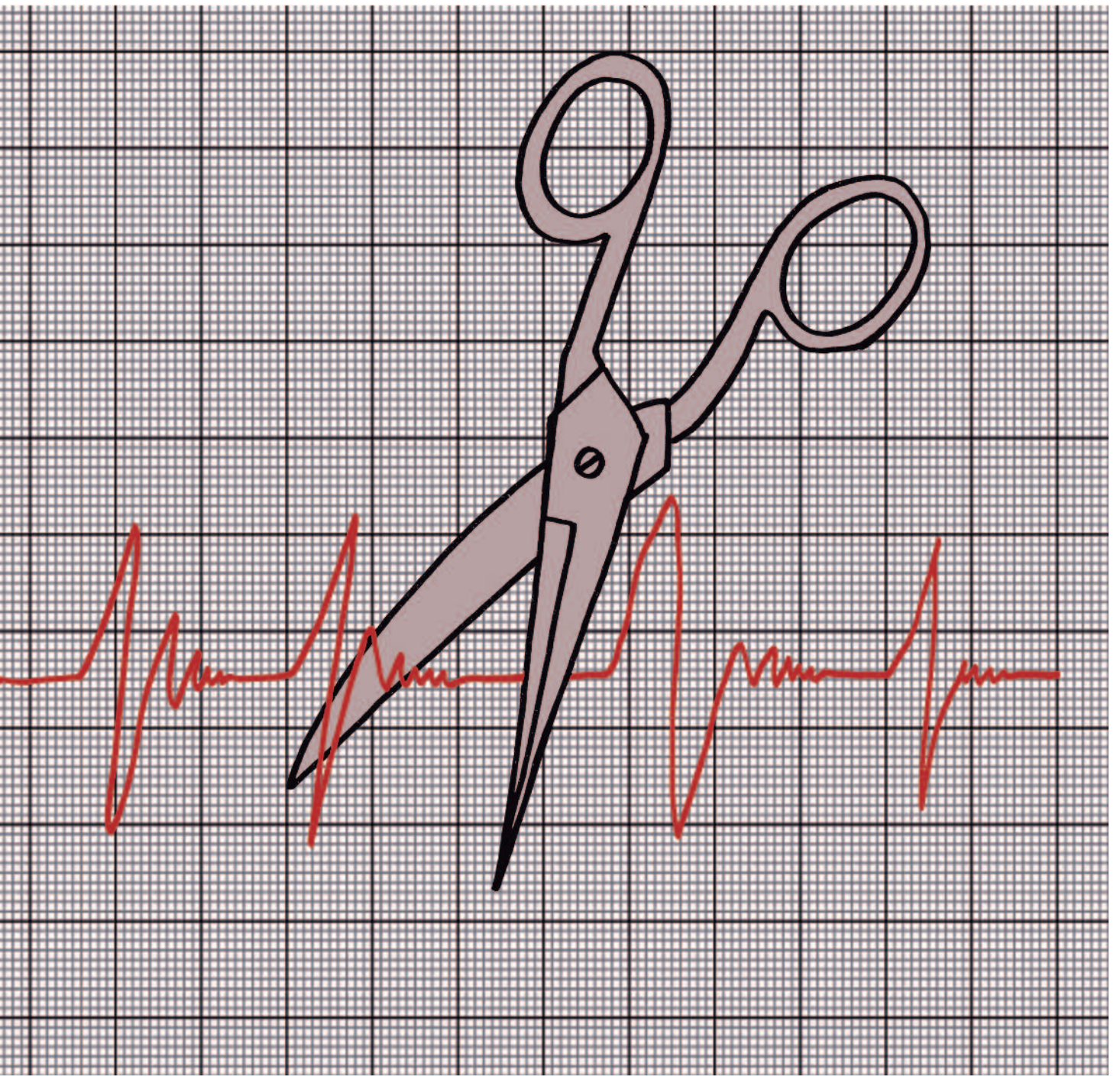
Um dos casos mais conhecidos sobre a morte digna em menores foi o de Andrea Lago. A cativa de 12 anos ingressou no Hospital Clínico de Compostela no verao de 2015 por causa do agravamento dumha doença neurodegenerativa irreversível. Três meses depois da aprovaçom galega sobre os direitos dos pacientes terminais, os pais de Andrea solicitam umha morte digna para a sua filha.

O julgado de primeira instância número 6 de Compostela autorizou o plam terapêutico que pautara o serviço de pediatria do hospital no mês de julho e, mês e meio depois, recebérom o apoio do Comité de ética assistencial adscrito à gerência da área sanitária de Compostela.

O dia 30 de setembro os pais de Andrea comparecem perante os meios de comunicaçom pedindo umha morte digna para a sua filha e de-

Antes do verao, as Cortes espanholas votárom em duas ocasions sobre a despenalizaçom da eutanásia. A primeia delas foi umha proposta da Generalitat de Catalunha

EUTANÁSIA / SITUAÇOM LEGAL E PENAL



uxia amigo

nunciando que o hospital continua a manter o suporte vital da pequena. A gerência do CHUS acode ao julgado, consultar o caso, e insiste em que nom existe "obstinaçom ou sobreesforço terapêutico" nengum.

Nom será até 5 de outubro quando o hospital, após reunir-se com a família com a mediaçom do julgado, retifica e acorda retirar-lhe a alimentaçom. Andrea morre em 9 de outubro.

Nas Cortes

Após umha moçom de censura nas Cortes espanholas, o secretário geral do PSOE, Pedro Sánchez fíjo-se com a presidência. Ciente de que nom decorrerá muito tempo até as seguintes eleiçons, o novo governo espanhol apura a introduzir mudanças normativas que poidam definir o seu governo de cara aos novos comícios. Umha dessas mudanças legislativas é a despenalizaçom da eutanásia.

Nas portas do verao o Congresso dos Deputados tivo duas sessons arredor da despenalizaçom da eutanásia. A primeira foi em maio, quando tomou em consideraçom a proposta de despenalizaçom da Generalitat de Catalunha, que propunha umha modificaçom no formulado do Código Penal para que esta prática deixasse de ser considerada um delito. Esta iniciativa contou com a abstençom de Ciudadanos e a oposiçom dos grupos parlamentares de PP e UPN.

Em junho chegou a proposta do PSOE, formulada pouco depois da aprovaçom da proposta da Generalitat. Na iniciativa apresentada polo socialismo espanhol recolhe-se que poderiam solicitar a eutanásia as pessoas com nacionalidade espanhola, ou residência legal no Reino da Espanha, e maiores de idade. Assim, os supostos em que poderia aplicar-se a eutanásia seria nos casos de "enfermidade grave e incurável" ou de "umha discapacidade grave crónica". A pessoa solicitante teria que estar devidamente informada das alternativas e solicitá-lo de forma voluntária, no mínimo, em duas ocasions. A proposta também procuraria garantir que a eutanásia seja mais umha prestaçom do sistema público de saúde. Nesta ocasiom, Ciudadanos votou em favor da proposta. Esta formaçom política tem apresentada umha proposta de lei, que se encontra em trâmite parlamentário e que também conta com o apoio do PP e do PSOE, sobre a morte digna em que se procura o desenvolvimento dos cuidados paliativos.

Em 2017 o grupo de Unidos Podemos já apresentara umha proposta de despenalizaçom da eutanásia, porém naquele momento o PSOE decidiu votar na contra. Poucas diferenças existem entre a proposta de 2017 de UP e a atual do PSOE. A de UP nom especificava a necessidade de nacionalidade espanhola e incluía que as menores emancipadas poderiam solicitar a eutanásia, que poderia aprovar-se nos casos de "enfermidade terminal" ou um "sofrimento físico ou psíquico" considerado "intolerável" pola solicitante, ademais de algumhas diferenças no procedimento, pois na proposta de 2017 contabilizavam-se um total de três requerimentos voluntários para que profissionais da medicina pudessem realizar a eutanásia.

> "A regulaçom proposta polo PSOE assemelha-se muito com o modelo holandês, mas para que umha norma seja garantista cumpre um repouso", sustém o advogado Miguel Vieito

Necessidade de debate social

"A regulaçom proposta polo PSOE assemelha muito com o modelo holandês ou belga, as pioneiras na eutanásia em Europa!", sustém Miguel Vieito, "mas para que umha norma seja garantista cumpre um repouso".

O advogado critica a inexistência dum debate social prévio nestes anos mais recentes. "É um assunto complexo e com muitos matizes morais". Ao mesmo tempo considera que se

"É preciso aclarar que os cuidados paliativos som medidas de conforto"

necessitam "mais esforços para publicitar e afiançar os cuidados paliativos, é preciso aclarar que som medidas de conforto". Insiste na necessidade deste debate social como umha forma de "avançar intelectualmente" no país.

Para encontrar desinformaçom nom é necessário que se instaure a nova normativa, já que a dia hoje "a maioria das pessoas nom sabem que existe um documento de assistências previas". Neste papel, pode-se deixar reflexada a vontade como paciente de receber ou nom determinados tratamentos paliativos. "Haverá um debate quando a lei entre no último tramo de aprovaçom, mas irá-se apagando e nom ficará claro como se vai poder exercer esse direito. Os profissionais nom saberám bem quando poderám acolher-se à objeçom de consciência e nom disporám de formaçom qualificada, especialmente sobre como gerir as emoçons". Por último, di: "tampouco vem acompanhada dum orçamento".

A normativa caminha sem um debate social e sem um aval orçamentário que garanta a sua correta implementaçom através de formaçom e dotaçom de recursos. Tampouco se está a conectar a possibilidade de despenalizar a eutanásia com o resto de serviços sanitários oferecendo umha ótica integral. "A lei acabará funcionando, mas só pola vontade dos pacientes e as profissionais".

O que é a eutanásia? Umha questom de conceitos

ana viqueira
aarón l. rivas

A eutanásia foi definida em Bélgica como "o ato executado por umha terceira pessoa que intencionalmente dá por rematada a vida dumha outra a petiçom dessa pessoa". No outro lado do Atlântico, em 1997, a Corte Constitucional de Colômbia matiza a diferença entre a eutanásia e a eugénia. "Confunde-se os conceitos de homicídio eutanásico e homicídio eugenésico; no primeiro a motivaçom consiste em ajudar a outra pessoa a morrer dignamente, em tanto que no segundo persegue-se como fim, com fundamento em hipóteses pseudocientíficas, a preservaçom e o melhoramento da raça ou da espécie humana". Anos depois, os filósofos Marvin Kohl e Paul Kurtz sintetizaram a definiçom da eutanásia como "um modo ou ato de induzir ou permitir a morte sem dor como um alívio do sofrimento".

A eutanásia encontra-se recolhida no Código Penal entre os crimes de induçom e cooperaçom com o suicídio

A eutanásia no Código Penal

No Código Penal recolhe-se a eutanásia como delito no ponto 4 do artigo 143, em que se estabelecem as penas para a induçom e cooperaçom ao suicídio. Este ponto indica que "quem causar ou cooperar ativamente com atos necessários e diretos à morte doutra pessoa, por petiçom expressa, séria e inequívoca deste, no caso de que a vítima sofresse umha doença grave que conduziria necessariamente à sua morte, ou que produzisse graves padecimentos permanentes e difíceis de suportar será castigado com a pena inferior num ou dous graus ás assinaladas nos números 2 e 3 deste artículo". Nesses dous epigrafes citados recolhem-se as penas por cooperaçom

EUTANÁSIA / UMHA QUESTOM ÉTICA

A legislaçom tem avançado no respeito à autonomia das doentes, mas exclui dos seus direitos as práticas eutanásicas

ao suicídio, sendo de dous a cinco de anos de prisom pola cooperaçom em atos necessários e de seis a dez anos se a cooperaçom "chegasse até o ponto de executar a morte".

Em 1984, nasceu a associaçom Direiro a Morrer Dignamente a nível estatal promovendo o direito de toda pessoa a dispor com liberdade do seu corpo e da sua vida, escolher livre e legalmente o momento e os meios para finalizá-la e defender os direitos dos pacientes terminais e irreversíveis a, chegado o momento, morrer pacificamente e sem sofrimentos se esse é o seu desejo expresso.

A autonomia da paciente

Assim, a prática da eutanásia e do suicídio assistido -que se diferenciam fundamentalmente em que a primeira é realizada por profissionais da medicina e a segunda pola própria pessoa solicitante- encontra-se penada legalmente. Porém, a legislaçom estatal e autonómica leva anos a avançar no respeito da autonomia do paciente, excluindo sempre as práticas eutanásicas. A lei estatal de autonomia do paciente de 2002 regula que este pode negar-se a um tratamento e que todas as atuaçons médicas terám que ter o consentimento da pessoa enferma. Nesta lei, regula-se também por vez primeira o documento de instruçons prévias, conhecido popularmente como 'testamento vital', em que umha pessoa deixa escrito antecipadamente como quer que seja o seu atendimento se nalgum momento nom tem capacidade para expressar a sua vontade. A lei especifica que nom poderám executar-se instruçons contrárias ao ordenamento jurídico.

Da boa morte: autonomia e dignidade

BRAIS ARRIBAS

Se existe um assunto difícil de tratar, este é o da morte. O que nom deixa de ser curioso até porque nom há experiência mais comum e universal do que esta. Essa falta de atençom, com origem em diversas causas de índole sociocultural, tem como consequência umha evidente incapacidade emocional para saber como lidar com ela adequadamente. Cumpre lembrar que quando refletimos sobre a eutanásia estamos a pensar no jeito de *morrermos bem*, de o fazermos de um modo desejável ou preferível. Em que consiste umha *boa morte*? Cadaquém deve tentar dar-lhe umha resposta satisfatória a tal pergunta pois é claro que nom existe umha só resposta, objetiva e válida para todos, sendo razoável, portanto, que a legislaçom vá ao encontro das necessidades de cada pessoa de molde a desenvolver, na prática, a sua autonomia. Em relaçom às situaçons onde se avalia legalizar as técnicas eutanásicas: doença terminais ou incuráveis, degradantes ou incapacitadoras, que provocam umha profunda dor e que nom pudérom ser tratadas de forma sucedida com medidas paliativas, aquilo que está em jogo é a capacidade do doente mais vulnerável para dispor de controlo sobre a própria morte, de jeito a se evitar chegar a estados em que se considere ter perdido a dignidade -como em situaçons de dependência absoluta- ou onde nom existe umha mínima qualidade de vida -quer seja pola dor, quer pola falta de expetativas futuras-, abrindo a possibilidade de morrer sem violência nem sofrimento, mas de um modo pacífico, sossegado e, sobretudo, livremente elegido. A legislaçom devera basear-se na ética dos cuidados, recomendá-la para toda a prática clínica, partindo do respeito polo desejo do paciente, se for competente e possuir a informaçom suficiente, a dispor da própria capacidade de decisom sobre a sua doença, deixando para trás atitudes paternalistas que lesam a sua vontade, obrigando mesmo a mantê-lo com vida quando nom o deseja.

Quando refletimos sobre a eutanásia estamos a pensar na forma para 'morrermos bem'

Brais Arribas é Doutor em Filosofia.

no foco

EUTANÁSIA / MOVIMENTO POR UMHA MORTE DIGNA

ana viqueira
anaviqueira@novas.gal

Com tranquilidade e mais um sorriso, Ascensión Cambrom aparece caminhando polo passeio do porto de Sada. É umha dessas pessoas que transmitem calma e prestam muita atençom a todo o que a rodeia. Em galego, com marcado sotaque cordobês, explica o importante que é para as pessoas viver umha vida digna. Para isso, sustém, é imprescindível garantir um bom morrer. O seu ativismo atinge do plano intelectual, com obras como "A eutanásia: direito e deveres" (2013) ao organizativo, sendo atualmente a vozeira da Associaçom Direito a Morrer Dignamente (DMD) na Galiza.

Ascensión Cambrón
Presidenta da Associaçom do Direito a Morrer Dignamente na Galiza

ana viqueira

"Queremos que o dia 12 de janeiro seja o Dia da Morte Digna na Galiza"

Desde os três anos em que Galiza conta com a Lei de Morte Digna, 7.000 galegas e galegos realizárom o seu testamento vital, um documento no qual a pessoa deixa constar como deseja ser tratada ao final da sua vida. Que opiniom tem dessa lei a Asociaçom do Direito a Morrer Dignamente (DMD) na Galiza?

A Lei de Morte Digna na Galiza foi pouco antes de suceder o caso de Andrea Lago (umha nena com umha doença neuro-degenerativa para a qual o pai e a nai solicitaram umha morte digna com o aval do comité de ética, umhas petiçons que fôrom ignoradas pola gerência do Hospital Clínico de Compostela até que entrou no jogo a pressom mediática) . Com essa normativa, reconhece-se a autonomia da paciente. Se o diagnóstico recolhe que nom existe umha soluçom à doença, outorgam os cuidados paliativos ou deixam morrer a paciente polo próprio passo da doença, bem no hospital bem na sua casa.

Por vezes, o critério fica entre o pessoal médico e a família. Caso existir unanimidade no grupo familiar, nom costuma existir problema, mas cada vez é mais difícil essa unanimidade e está bem que aconteça. Isto é umha mostra dumha sociedade plural e democrática. O que nom deveria acontecer é que decida o pessoal médico. Nos foros insistimos em que cada quem realize um documento de instruçons prévias que é de balde. Contodo, nós como associaçom defendemos a legalizaçom da eutanásia.

"A igreja controla as consciências igual do que os votos"

Por que é importante para vós legalizar a eutanásia?

Com a lei atual, pessoas como Ramón Sampedro nom teriam nengumha soluçom. Ou alguém com Esclerose Lateral Amiotrófica ou, em geral, qualquer pessoa com umha enfermidade degenerativa que irá vendo o seu próprio deterioramento nom sendo

EUTANÁSIA / MOVIMENTO POR UMHA MORTE DIGNA

que morra dumha infeçom. A DMD pede que umha pessoa com umha patologia incurável, desde a sua liberdade, poida ser autorizada a que o pessoal médico lhe ajude a morrer dentro do sistema de saúde pública.

A sociedade está preparada para implementar umha lei que regule a eutanásia?

Está, sim. Mostra-o um inquérito de Metroscopia do ano 2017 que demonstra que o 84 por cento da sociedade declarava que era necessário, já que interpretavam que é um benefício para os pacientes. Mas também o digo pola nossa experiência. Levamos anos a percorrer Galiza em diversas charlas e as pessoas reagem bastante bem.

A minha perceçom é que estes últimos dous anos houvo umha melhor receçom que a começos de 2010. Quando vês um familiar sofrer e nom existe soluçom para essa dor... Os avanços médicos contribuem ao prolongamento da vida e isso percebe-se, há quem nom quer viver com dor nem um nível alto de dependência. Os países que nom tivérom tanta influência do catolicismo já disponhem de leis que regulam a eutanásia.

Qual é o poder da Igreja neste tema?

A igreja controla as consciências igual do que os votos.

Perante isto, o que propom a DMD?

Vam-se fazer 21 anos da morte de Ramón Sampedro e queremos que esse dia, o 12 de janeiro, seja o Dia da Morte Digna na Galiza.

Que fai de Sampedro um referente de luita?

Estou segura de que Sampedro tinha claro a exemplaridade do seu caso. Ele pedia a despenalizaçom de quem lhe ajudasse a morrer. Fijo umha demanda a um tribunal em Catalunha, mas desestimárom-lha por residir em Junho. Tivo que ir à Audiência Provincial da Corunha, a quem se dirigiu. E desestimárom-lhe a demanda sem ir ao fundo do caso, ao igual que o fijo o Tribunal Constitucional.

ana viqueira

"O calendário dos direitos nom está fechado"

Havia juízes e curas que lhe diziam que deixasse de comer, umha receita mui cruel. Ele só podia mover a cabeça. Eu mesma lhe dixem que se ele queria morrer e ele respondeu que o que nom queria era viver assim. Também nos oferecemos a arrecadar fundos para ir à Suíça e ele dixo que nom, que queria morrer vendo o mar. Tivo que mudar-se a Boiro para morrer ali. Sofreu muito, mas era consciente da sua luita. Nengum direito caiu do céu. Necessita-se da luita.

Como chegastes à DMD?

Estudei direito na faculdade com especial interesse polos direitos humanos e dumha posiçom política marxista, polo que creio numha interpretaçom dos direitos baseada no seu exercício. Antes de entrar na associaçom já tinha umha especial preocupaçom polo bom morrer. Na Constituiçom espanhola recolhe-se o direito à vida mas nom a obriga a viver. O suicídio está despenalizado, nom devemos esquecer que antes a igreja ficava com as suas propriedades.

Há que entender que podo deixar de ter ganas de viver se tenho umha doença e nom vou melhorar... Um homem evangélico dixo-me um dia: "deus deu-me umha tarefa, agora já nom a podo cumprir polo que chegou o meu fim". Os teólogos católicos apostam nesta linha de discurso. Aos poucos, o direito ao bom morrer vai calando na sociedade e avançando no seu caminho, tal e como sucedeu com outros direitos conquistados pola sociedade. O calendário dos direitos nom está fechado. Vamos exigindo.

Como vos organizades?

Há umha estrutura na Galiza e aqui percebo que existe mais sensibilidade do que noutros lugares. Trabalhamos de balde. As pessoas sócias apoiamos, acompanhamos porque às vezes encontramos pessoal médico que nom segue os desejos das pacientes ou chegam a nós pessoas que estám soas e querem garantir que vam poder comunicar-se. Contamos com profissionais que nos assessoram e, ademais, percorremos a Galiza dando charlas em faculdades ou nos chamam de partidos, sindicatos... O importante é visibilizar e conhecer os direitos que temos e os que poderíamos ter.

sa ca un tos
cooperativa gráfica

imagem corporativa
design web e editorial
impressom de livros e revistas
grande e pequeno formato
www.sacauntos.com

no foco

EUTANÁSIA / PERSPETIVA INTERNACIONAL

tiago petinga

Entre os argumentos contra a despenalizaçom expunha-se a falta de postura sobre este tema nos programas eleitorais

"A discussom em torno da morte assistida irá entrar numha fase de menor atividade até a eleiçom do próximo parlamento"

O debate sobre a morte assistida em Portugal

aarón l. rivas
aaronlrivas@novas.gal

Em 29 de maio, a Assembleia da República de Portugal realizava a votaçom de quatro projetos para a despenalizaçom da eutanásia, apresentados polo Partido Socialista (PS), o Bloco de Esquerdas (BE), o Partido Ecologista Os Verdes (PEV) e Pessoas-Animais-Natureza (PAN). Nengumha destas propostas conseguiu a aprovaçom da Câmara, ao posicionar-se em contra o Centro Democrático Social (CDS), o Partido Comunista Português (PCP) e maioria das representantes do Partido Social Demócrata (PSD), o qual dera liberdade de voto e cujo presidente se tinha posicionado a favor da eutanásia.

Para o movimento cívico Morrer com Dignidade, que desde 2016 trouxe à luz pública o debate sobre a despenalizaçom da eutanásia, a sessom de 29 de maio foi umha das mais significativas desde 1974. Paulo Santos, membro deste movimento, expom que estas votaçons correspondêrom ao equilíbrio de forças atual no parlamento. "Todavia, a crer em sondagens efetuadas no ano passado a votação não expressa a vontade dos portugueses que maioritariamente defendem a despenalização e regulamentação da morte assistida", reflete Santos. "Sublinharia, no entanto, que o Parlamento fez um excelente trabalho de auscultação de vários setores da sociedade portuguesa sobre a problemática da morte assistida e que a discussão em plenário no dia da votação decorreu com grande elevação e dignidade", acrescenta.

Nengumha das propostas para a despenalizaçom foi aprovada no parlamento

Naquele 29 de maio, umha manifestaçom contrária à despenalizaçom da eutanásia permanecia concentrada às portas da câmara parlamentar. Dentro da câmara, numha sessom que se prolongou por várias horas, debatiam-se as quatro propostas de despenalizaçom apresentadas por diversos partidos com representaçom na Assembleia. Os quatro projetos contavam com muitas similitudes e algumhas diferenças em relaçom ao procedimento dos requerimentos de eutanásia. Em comum tinham o facto de ficarem excluídas do direito a solicitar a morte assistida as pessoas menores de idade, sendo que teria que existir umha doença ou lesom definitiva e incurável ou a necessidade de o pedido ser voluntário e repetido. Entre as diferenças no procedimento, a proposta do BE recolhia que, caso a pessoa doente ficasse inconsciente, realizar-se-ia aquilo que constasse do seu testamento vital, já as restantes propostas consideravam que em tal caso o procedimento eutanásico ficaria interrompido.

Nengumha das propostas conseguiu os 116 votos necessários para obter a maioria. A mais próxima foi a proposta do PS, tendo ficado nos 110 votos. As diferenças de votos entre as várias propostas deveram-se à liberdade de voto que o PSD facultou às suas representantes na Câmara, se bem que a maioria de deputadas deste partido se posicionou contra as propostas apresentadas. Na contra posicionaram-se também o direitista CDS e o PCP, cujo porta-voz argumentou na câmara que "o dever indeclinável do Estado é mobilizar os avanços técnicos e científicos para assegurar o aumento da esperança de vida e não para a encurtar".

Entre os argumentos da oposiçom à despenalizaçom da morte assistida encontrava-se o de que nengum partido levara umha posiçom clara nos seus

EUTANÁSIA / PERSPETIVA INTERNACIONAL

programas eleitorais de 2015 e o temor a que se provocasse umha "rampa deslizante" e se aplicassem a eutanásia em casos que nom se ajustassem corretamente à lei.

Morrer com dignidade

"A lei já consagra a pessoas doentes o direito a recusar medicamentos inúteis e o direito de anteciparem a sua vontade para quando se aproximar o momento da morte (no testamento vital), mas a lei não permite antecipar a morte com o auxílio de um profissional da saúde", exprime o movimento Morrer com Dignidade num vídeo que teve ampla difusom nas redes sociais, e no qual se lembra que esta prática se encontra penada com até três anos de prisom.

O movimento pola despenalizaçom da morte assistida no Portugal nasceu em 2015. Em 2016 apresentava o seu manifesto, em que argumentava a necessidade da despenalizaçom da eutanásia. "A despenalização da Morte Assistida não a torna obrigatória para ninguém, apenas a disponibiliza como umha escolha legítima", expunham. Promovérom ainda umha petiçom para que este assunto fosse levado a debate na Assembleia da República, sessom que finalmente foi celebrada no dia 1 de fevereiro de 2017. Assim, o debate continuou presente nos meios de comunicaçom e o Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida (CNECV) reabriu as discussons sobre esta questom pronunciando-se finalmente contra a despenalizaçom. Neste tempo, o CDS apresentava umha proposta de lei, aceite polo parlamento, para desenvolver a sedaçom paliativa.

Após a votaçom do 29 de maio dos anteprojetos apresentados, "a discussom em torno da morte assistida irá entrar numha fase de menor atividade até a eleiçom do próximo parlamento" reflete Paulo Santos. "Antes do início da campanha eleitoral iremos retomar a nossa atividade de forma mais visível solicitando aos partidos políticos e coligações que tomem uma posição clara nos seus programas com que se irão apresentar ao eleitorado sobre a morte assistida", expom este integrante do movimento polo direito a Morrer com Dignidade.

CARA A DESPENALIZAÇOM /

debate na câmara da assembleia da república portuguesa. d.r.

Países que regulam a eutanásia

Na Europa, foi a Holanda o primeiro país a despenalizar a eutanásia e o suicídio assistido. Fijo-o em 2000. Estas práticas seriam legais polo sofrimento intolerável de umha paciente com afeçom incurável e que tivesse exprimido a sua vontade de morrer. Podem solicitá-la menores de idade, a partir dos 12 anos, com o aval dos pais. Anualmente realizam-se relatórios que fiscalizam os pedidos de eutanásia.

A Bélgica foi o seguinte país a aprovar a despenalizaçom da morte assistida, em 2002. Em 2014 abriu-se a porta a que menores de idade pudessem solicitá-la.

Em 2009 Luxemburgo aprovava a sua Lei sobre a regulamentaçom dos cuidados paliativos, a eutanásia e a ajuda ao suicídio, para o qual tivo que aprovar umha reforma que rebaixasse os poderes do Grande Duque, quem se opunha à lei. Esta regula as situaçons em que poderia aplicar-se a morte assistida neste país. Por outro lado, na Suíça está despenalizado o suicídio assistido desde 2004, abrindo-se a possibilidade a aceitar requerimentos de pessoas originárias de outros países.

Nos Estados Unidos da América (EUA), o estado do Oregon aprovou a prática do suicídio assistido para doentes em situaçom terminal e que tenham um prognóstico de vida inferior a seis meses. Umha legislaçom semelhante foi aprovada em 2015 no estado da Califórnia. Em 2016 o país vizinho, Canadá, aprovava o direito à morte assistida para pessoas maiores de idade e numha situaçom de enfermidade incurável e sofrimento intolerável.

Na América do Sul, existe regulamentaçom na Colômbia, onde o seu Tribunal Constitucional declarou em 1997 o direito ao suicídio assistido, quando houver umha decisom ciente e o doente se encontrar em fase terminal. Porém, até o ano 2015 nom se avançou com um regulamento que especificasse o procedimento a desenvolver.

Em 2017 aprovava a despenalizaçom da eutanásia o estado australiano de Vitória, só nos casos em que a pessoa solicitante fosse maior de idade e contasse com menos de doze meses de esperança de vida.

AGROPECUÁRIA /

A importância das raças de gado autóctones da Galiza

damián copena

O sistema económico predominante favoreceu, na sua vertente agrária e pecuária, a uniformização produtiva no agro. Isto acontece, sobretudo, a partir da expansão da denominada revolução verde, sendo que será a partir dela que se tenha como objetivo melhorar o rendimento produtivo em termos quantitativos e a redução do custo por unidade produzida. Para tanto, apostou-se fortemente no setor gandeiro e, particularmente, por raças mais produtivas com base numa visão, convencionalmente, economicista capitalista. Essa lógica da intensificação vinculada com maiores quantidades de insumos, o crescimentos das explorações e uma maior mecanização e dependência vai de encontro com as racionalidades e as práticas tradicionais das sociedades rurais provocando perda da diversidade agrária, ruptura dos ciclos, etc.

Efetivamente, as pessoas que habitavam os espaços rurais praticavam uma economia de subsistência em que o gado fazia parte indispensável do sistema agro-monte com umas raças de gado que estavam necessariamente adaptadas às circunstancias climáticas e orográficas de cada área geográfica. Na Galiza este modelo experimentou uma profunda quebra provocada pela ação do Estado, com a ocupação das melhores áreas de pastagem por plantações de culturas florestais de crescimento rápido juntamente com o desenvolvimento da "modernização" agraria, condicionantes que fizeram com que as raças autóctones e adaptadas ao território viessem a esmorecer.

Uma consulta aos dados históricos mostra a espectacular redução do número de animais nas áreas de monte ocorrida no século passado. A quan-

charo lopes

Para a revitalização do rural e o aproveitamento dos recursos endógenos as raças de gado autóctones têm muita importância dada a sua adaptabilidade aos condicionantes territoriais e a sua capacidade de consumo das espécies vegetais que conformam o mato

tidade de rabanhos de vacas, cavalos, cabras e ovelhas que havia no primeiro terço do século XX não tem nada a ver com o que acontece neste século XXI. A integração dos animais do monte e do monte no agro permitia a subsistência das sociedades rurais a partir de processos com componentes comunitárias nos que se desenvolviam práticas de apoio mútuo. Com certeza, a desaparição do sistema agrário tradicional, onde o gado era parte principal, favoreceu a aparição de muitos dos problemas económicos, sociais e ambientais do meio rural atual.

Neste contexto, com grandes incertezas decorrentes das alterações climáticas, um elevado nível de florestação com espécies pirófitas e o abandono do rural e das áreas de cultura e de monte, é onde a introdução de gado, em manejo extensivo, aparece como uma necessidade para voltarmos a colocar o monte no centro do complexo agrário. Esta ação tem como objetivo avançar na solução dalguns dos grandes problemas que enfrentamos atualmente: os incêndios florestais e o abandono do rural. Neste processo de revitalização do rural e aproveitamento dos recursos endógenos as raças de gado autóctones de Galiza têm muita importância dada a sua adaptabilidade aos condicionantes territoriais e a sua capacidade de consumo das espécies vegetais que conformam o mato.

A recuperação das raças de gado autóctones da Galiza

Nas últimas décadas verificou-se um processo de recuperação de diferentes raças de gado autóctone que estavam quase desaparecidas e com grande sucesso nalgumas delas. Possivelmente as raças de bovino, nomeadamente as conhecidas como morenas de Ourense, sejam o exemplo mais singular. As cachenas, caldelás, frieiresas, limiás e vianesas (todas elas consideradas como raças autóctones em perigo de extinção) estão a experimentar uma recuperação no número de exemplares. Estas raças, cada uma delas com características específicas, adaptam-se muito bem às condições territoriais e botânicas da contorna aproveitando o mato e obtendo carne de qualidade.

Mas também há outras raças de gado autóctones com avanços nas últimas décadas como o cavalo de pura raça galega, que está em expansão nos montes do País. A sua capacidade de adaptação à vida no monte faz com que seja muito apropriado para o controlo do mato com pouco manejo. Várias comunidades vizinhais, de olhos postas na racionalidade da redução de custos na hora do controlo, redução da roça do mato ou com o objetivo da recuperação de atividades tradicionais como os curros, têm iniciado experiências recentes com esta raça autóctone. No mesmo senso, a ovelha e a cabra galega também estão a ser recuperados e a demonstrar-se como uma boa oportunidade de dinamização económica a nível local, tanto para fazer adubos como com a venda da carne. Finalmente, o porco celta é outra raça que está a ganhar importância ao poder ser manejada em extensivo e ter a capacidade de aproveitar os recursos do monte, por exemplo nas áreas de soutos e de carvalheiras.

Novas iniciativas com raças de gado autóctone em extensivo

Nos últimos anos estão a agromar novas iniciativas nas que se está a introduzir o gado autóctone no monte com um manejo em extensivo. Estas iniciativas têm diferentes objetivos como a prevenção de incêndios florestais, a criação de emprego com o aproveitamento dos recursos endógenos e a consecução de produtos de máxima qualidade. Algumas de estas iniciativas estão a surgir desde âmbitos da ação coletiva como as cooperativas de exploração comunitária da terra ou as comunidades de montes vizinhais em mão comum, o que acrescenta o seu impacto a nível social e a sua capacidade de replicabilidade.

Os aproveitamentos com as raças autóctones de bovino, caprino, ovino e cabalar autóctones costumam ser manejadas em extensivo, favorecendo os modos de produção mais sustentáveis e menos dependentes dos insumos externos, o que favorece a sua resistência às mudanças do mercado e dos preços das matérias primas. Na Galiza há interessantes exemplos de iniciativas com raças autóctones com certificações de qualidade, como acontece com explorações em montes vizinhais, que estão certificadas em modo de produção ecológico com exemplares de raças em perigo de extinção.

Em resumo, o desenvolvimento das raças autóctones galegas em manejos extensivos favorece o mantimento da biodiversidade e a luta contra os incêndios florestais, incentivando a criação de emprego e ajudando a ter um mundo rural vivo.

Sobre conflito linguístico e planificação cultural na Galiza contemporânea.
Dez contributos
ATRAVÉS editora
Elias J. Torres Feijó
Roberto Samartim

SEXUALIDADES /

O rural, umha festa da diversidade

Festival Agrocuir da Ulhoa na ediçom deste ano. zelia garcia

alba moledo

As sexualidades nom normativas estám mais visibilizadas no urbano do que no rural, onde em muitos casos seguem a ser um tema tabu". Quem fala é Brais Álvarez, e fai-no em nome da juventude do Sindicato Labrego Galego (SLG), quem desde há apenas dous anos, organiza o festival *Son Labreg@*. "De forma interessada, nom se contempla esta realidade no rural, por ser algo que nom entra dentro da lógica neoliberal. Se nom contemplam nem um meio rural vivo, com pessoas e produtivo, muito menos vamno contemplar como um rural diverso", di. As suas palavras estám cheias de coragem, de ganas de luitar pola visibilizaçom dumha realidade que, ainda que em grande medida oculta, é a de muitas pessoas que trabalham a cada dia por e para o rural galego. E, como se nom através da música e do trabalho em comum se ia poder abrir umha janela cara a umha diversidade tam real como enriquecedora? Assim nasce o *Son Labreg@*, um festival que pretende ser a voz dum modelo económico alternativo ao neoliberalismo e dum rural vivo e diverso.

No campo das diversidades, o *Son Labreg@* tem muito a dizer. "Fai muito finca-pé nesta realidade e trata sempre de visibilizá-la, gerando espaços de confiança onde as pessoas poidam expressar-se livremente", destaca Álvarez. "Pretendemos socializar a ideia de que no rural sempre houvo sexualidades nom normativas e, sobretodo, queremos fugir da cousificaçom identitária que os meios de comunicaçom, de forma orquestrada e para o interesse do capital, figérom das sexualidades nom normativas, onde o meio rural nom tem cabida", acrescenta. Neste sentido, a situaçom do rural galego e, dentro dela, a das sexualidades nom normativas, passa por ser apenas umha sombra na chamada *agenda setting* que imponhem os grandes meios de comunicaçom. "As sexualidades nom normativas costumam visibilizar-se como algo externo, vinculado às grandes urbes e fruito da 'modernidade', quando no rural sempre existiu, e achamos é hora de ajudar a melhorar a qualidade de vida no rural de todas as pessoas, já que somos plenamente

> As sexualidades nom normativas costumam visibilizar-se como algo externo, vinculado às grandes urbes e fruito da 'modernidade', quando no rural sempre existiu

conscientes do que para umha pessoa supom ter de silenciar-se e invisibilizar-se numha questom tam vital e importante como a sua sexualidade", explica Álvarez. Deste modo, o entorno do cinema Palleiriso de Chantada abriu-se mais umha vez o passado 22 de setembro a um público sedento de uniom, solidariedade e aceitaçom, que encontrou neste espaço a melhor via para tecer redes entre as labregas e o resto da sociedade, mostrando dumha forma lúdica umha realidade tam tradicional como inovadora, que compreende vários projetos agro-ecológicos que se estám a desenvolver por todo o país.

Assim, o festival puido mostrar às assistentas as ideias das pessoas que dérom o passo de incorporar-se à vida agrária com projetos dumha grande visom social, com o objetivo de construir umha sociedade soberana. Também pujo em valor várias iniciativas culturais vinculadas à atividade agrária e à recuperaçom e posta em valor da cultura tradicional denunciando, ademais, a precária situaçom de muitos lugares do rural galego. "A situaçom do rural galego é de despovoamento e abandono", salienta Álvarez. "Lugo e Ourense som as mais afetadas e ali pode-se ver a quantidade de aldeias abandonadas que há, ou como em muitas delas nom fica nem atividade agrária, nem gente nova. Existe, também, um abandono sistemático por parte da administraçom cara ao rural, já que nom se investe em melhorar infraestruturas e eliminar-se serviços básicos como a atençom sanitária e a educaçom", assegura. "Atualmente existe a urgência dumha ambiciosa política de relevo geracional no agro. Nom se estám a gerar políticas que de verdade fagam atrativo permanecer na exploraçom familiar ou que as moças poidam aceder às terras para poderem trabalhá-las, dispondo dos serviços mínimos necessários para levarem umha vida digna. Da administraçom apenas se favorece o abandono paulatino destas zonas para que fiquem concentradas em menos maos, dedicadas à produçom agrária que demandam as grandes empresas agro-alimentarias e nom dedicadas ao que, como nós entendemos, devem estar orientadas as terras produtivas que é, por umha banda, gerar um meio rural vivo e, por outra, produzir alimentos de proximidade. Melhorando desta forma a qualidade dos produtos para o consumidor e gerando maior riqueza e mais possibilidades no meio rural para nom depender dos interesses que marcam os grandes capitais, organizados através da OMC ou do FMI, que procuram eliminar a pouco e pouco a capacidade dos povos de todo o mundo de construírem a sua soberania alimentária", conclui.

Festival agrocuir da Ulhoa na ediçom deste ano. zelia garcia

> Nos últimos anos surgírom muitas em tudo o país que pretendem visibilizar estas realidades e pôr em valor os recursos naturais e as possibilidades que tem o agro galego, mas deveríamos coordenar-nos mais entre as que luitamos em chave feminista e agro-ecológica

Mas o *Son Labreg@* nom está só. O festival Agrocuir da Ulhoa celebrou o passado mês de agosto a sua quinta ediçom, da mao do mesmo coletivo que lhe dá nome. O seu objetivo nom é outro mais do que visibilizar um rural afetivo e sexualmente diverso e defender outros valores como a sustentabilidade, o respeito ao património material e imaterial e o ecologismo, com a defensa da diversidade social e natural. A cada ano, outras iniciativas saem à luz com o firme propósito de visibilizar estas realidades, para assim poder gozar dum rural sustentável, integrador, aberto ao mundo e, sobretodo, livre. Em 2017 Arçua acolheu a primeira ediçom do Foro LGTBI 'O rural entende, fai-te ver!', que, da mao do SLG, contou com aliadas doutras naçons, e no próximo mês de novembro a Coordenadora Europea da Via Campesina (ECVC) levará a cabo umhas jornadas sobre diversidade sexual na Galiza, com o fim de artelhar um trabalho conjunto entre todas as organizaçons labregas europeias e visibilizar a diversidade no mundo rural. "Este tipo de iniciativas já fôrom mais escassas do que som mas, ainda assim, seguem a ser insuficientes", destaca Álvarez. Segundo ele, "é certo que nos últimos anos surgírom muitas em tudo o país que pretendem, dum jeito muito similar ao do SLG, visibilizar estas realidades e pôr em valor os recursos naturais e as possibilidades que tem o agro galego, mas também pensamos que, se quadra, deveríamos coordenar-nos mais entre todas as iniciativas que luitamos em clave feminista e agro-ecológica para poder ter um maior poder de incidência e trasladar as nossas reivindicaçons a toda a populaçom".

semente compostela

PROJETO PEDAGÓGICO /

O ensino primário chega à Semente

maria álvares rei
mariaalvaresrei@novas.gal

As escolas Semente de Trasancos e Compostela dam continuidade ao seu projeto de imersom linguística e pedagogia renovadora com a abertura do ciclo de Primário. Começam a nova etapa com um total de 18 crianças entre os dous centros. Trabalhar a competência em várias línguas, o contato diário com a natureza e a perspetiva de género som eixos que vertebram o projeto.

Catorze alunas em Compostela e quatro em Trasancos som as primeiras crianças da Galiza que vam poder desfrutar do ensino na sua língua. Por primeira vez no país garante-se um modelo de proteçom para as crianças no ensino primário. Cada escola chegou por vias diferentes à implementaçom do primário, ademais nengum do dous locais é definitivo, mas priorizou-se assegurar o ensino para crianças que este ano finalizavam a etapa infantil.

"Muitas crianças até o de agora saiam da borbulha de Semente e encontravam-se com a realidade: os seus direitos linguísticos eram apisoados no primário. Em poucos meses o trabalho de perservaçom da sua língua desaparecia, e o castelhano substituía muitas vezes a língua inicial. Um processo emocional muito duro para elas, mas também para as suas famílias ", di Séchu Sende, membro da comissom linguística da Semente. A significaçom deste passo é enorme, como reconhece o próprio Séchu. "Por primeira vez na história temos um projeto onde as crianças nom som vítimas dum sistema estatal que nom respeita os seus direitos. E sentimo-nos orgulhossísimas por tê-lo conseguido, já que tínhamos umha dívida com elas".

> "Por primeira vez na história temos um projeto onde as crianças nom som vítimas dum sistema estatal que nom respeita os seus direitos"

O reto nom foi fácil. Era necessário trabalhar na viabilidade económica e encontrar umha soluçom de carácter legal que permitisse a imersom lingüística. "Estivemos dous anos explorando diferentes possibilidades a nível de recursos humanos, trabalhando na via legal e procurando o prédio", explica Sende. O resultado chegou graças à implicaçom das cinquenta famílias que formam parte do projeto consolidado em infantil e a umha extensa rede de colaboraçons tecida ao longo destes anos. "Os pais e nais destas crianças convertemo-nos em militantes do ensino em galego e nom paramos de trabalhar para que as nossas filhas continuassem a ser acompanhadas na sua língua", conclui Sende.

Após estudar a legalidade espanhola e suas as possíveis fendas achárom que a melhor opçom era converter-se em escola internacional. "Isto permite-nos continuar com a proteçom da língua e com o projeto de ensino com valores ecologistas e de género, laico e vinculado à comunidade. Mas nom deixa de ser parte do surrealismo que vive este país: para ter um projeto de imersom linguística tivemos que converter-nos em escola estrangeira"

O ensino de diferentes línguas como o castelhano e o inglês também som umha peça chave do projeto.

No caso do galego, as crianças conhecerám as diferentes normativas sendo a norma reintegracionista a de referência. Dar ao galego umha dimensom universal e trabalhar no achegamento à produçom cultural doutros países da lusofonia é outro pilar na Semente, para combater o argumento da limitaçom do nosso idioma, ademais de abrir um leque de possibilidades quanto a recursos pedagógicos e didáticos.

O espaço de primário é um local de aluguer com horta no bairro das Cancelas, mas a ideia num futuro é encontrar ou construir um único centro para os dous ciclos.

Na mesma situaçom encontra-se a Semente Trasancos, onde começárom aulas quatro crianças a finais de setembro, num local que nom é o definitivo. "Neste local vamos estar apenas um ano, já que nom cabíamos no local que nos cedérom a Junta e a câmara municipal... A ideia é fazer um curso ponte para as crianças que acabárom infantil e por meio dumha campanha de crowfunding e de ampliaçom de sócias comprar um local definitivo onde assentar as crianças dos dous ciclos" afirma Olaia Ledo, membro das comissons pedagógica e de comunicaçom.

A língua inglesa, sobretodo na sua dimensom oral, também adquire um papel relevante graças a um convénio com o Instituto americano e a formaçom continua que vai proporcionar ao professorado.

semente compostela

"Trata-se de construir entre todas a escola que queremos e adaptá-la às necessidades que vaiam surgindo"

Muito mais do que um projeto de imersom linguística

Sara Rey, a professora encarregada de Semente em Compostela, deixou Inglaterra onde trabalhava fai nove anos entusiasmada com a ideia de fazer parte desta escola. "Levamos uns dias adaptando-nos à escola, que ainda está em criaçom, mas isto também forma parte do projeto, trata-se de construir entre todas a escola que queremos e adaptá-la às necessidades que vaiam surgindo. Um autêntico processo participativo onde as miúdas som as protagonistas".

A linha pedagógica é umha extensom da iniciada na etapa infantil, mas seguindo o curriculum estabelecido para primária. "Seguimos o curriculum marcado por Educaçom, mas procuramos entre todas o itinerário para chegar ao conhecimento. Trata-se de aprender a aprender e bebemos de diferentes fontes: o trabalho por projetos, a investigaçom e a observaçom de elementos da vida diária ou da natureza".

Sara destaca que este trabalho já lhe véu dado pola linha seguida em infantil. "Som meninhas super espertas e com umha capacidade crítica alucinante. Estou convencida de que me vam ensinar muito mais elas a mim. A minha intençom é conseguir que sejam felizes, o que no ensino tradicional desapareceu para a procura da excelência académica, baixo um sistema muito rígido em que nom todas tenhem cabida". Os primeiros meses Sara vai estar acompanhada por Vero Rilo, outra professora de Semente, para garantir a atençom a todas as necessidades das crianças.

O respeito dos ritmos de cada criança, a atençom à diversidade e o potenciamento da autonomia e a atividade individual som também elementos essenciais do projeto, partilhados polas duas Sementes de ensino primário.

A construir o feminismo

Promover o ensino em valores também forma parte da Semente. O ecologismo, a relaçom com a contorna, o achegamento à cultura popular, som linhas nas quais se trabalham diariamente.

Mas o compromisso com a questom de género é um dos objetivos prioritários. Semente Compostela tem umha comissom criada só para este trabalho. Na de Trasancos som assesoradas por expertas em género. Para isso promove-se o conhecimento de mulheres destacadas em diferentes âmbitos científicos e literários, procura-se literatura infantil focada para trabalhar na deconstruçom de roles, usa-se linguagem inclusiva, promove-se o jogo inclusivo, cuida-se a transmissom de roles através da linguagem ou o reparto de tarefas."Trabalhar desde idades novas esta questom é fundamental, mas no ensino primário é especialmente importante trabalhar isto para cortar de raiz condutas que mais adiante desembocam em machismo" conclui Sara.

O projeto pedagógico é parte do sucesso e consolidaçom da Semente, umha escola que nasceu há seis anos em Compostela e que se foi espalhando por diferentes comarcas do país, fiel ao seu nome mas adaptada às diferentes realidades do território.

hassim vaio mundo

ÁSIA CENTRAL /

Rota pola seda: O Quirguistám

abrahan bande paz
abandepaz@gmail.com

Nos próximos meses empreenderemos umha travessia rumo ao desconhecido. O destino será o Turquestám russo, conhecido como Ásia central soviética desde a década de 20 do século passado. O Turquestám -País dos Turcos- é umha antiga regiom que se estendia do mar Cáspio até os confins da Mongólia. Hoje, começamos um percurso polas atuais Repúblicas pós-soviéticas da Ásia Central. O objetivo será conhecermos mais um bocado a realidade desta parte isolada do continente asiático.

O Turquestám russo –para o diferenciar do oriental– tem na cordilheira do Tian Shan, prolongamento do Pamir, um dos pontos de referência geográfico. Para acabarmos de colocar no mapa a primeira das Repúblicas a desenvolver, faltaria apontar o segundo maior lago de montanha do mundo, o Issyk-Kul, e mais o Vale de Fergana.

O Quirguistám: Retrospetiva histórica.

A orografia montanhosa do norte da Rota da Seda facilitou modos de vida nómadas entre as tribos que moravam na regiom. Muitas delas falavam línguas altaicas e poderiam ser consideradas de prototurcos ou protomongois. Os quirguizes som indo-europeus turquisados, que vivérom espalhados nas margens do rio Ienissei. Os primeiros testemunhos da sua existência acham-se na Sibéria Central, por volta do século I. Contudo, nom aparecem na história até o século IX, quando derrotam ao império nigur situado na atual Mongólia. A sua localizaçom atual vem do ano 924, quando as tribos quirguizes eram derrotadas polos Jitám e começam a migrarem para as montanhas do Tian Shan, na procura de vales férteis.

> A condiçom de povo errante, mais a assimiliaçom russa explica o nom existir dum sentimento de naçom quirguiz bem forjado

No século XVII, já assentados na zona, vencérom –junto com o cazaques– os moradores das montanhas da Dzungaria. Após passar baixo a soberania chinesa, os quirguizes fôrom independentes entre 1750 e 1830, até que o Canato de Kokand conseguiu submetê-los. Finalmente, em 1864 o império russo delimita a fronteira oriental do seu império, apanhando boa parte do território quirguiz.

A condiçom de povo errante, mais a assimiliaçom russa explica o nom existir dum sentimento de naçom quirguiz bem forjado.

República Socialista Soviética do Quirguistám

O controlo soviético foi inicialmente estabelecido na regiom em 1919. O Oblast Autônomo Kara-Quirguiz nasce junto com a República Socialista Federativa Soviética da Rússia (RSFSR). O termo Kara-Quirguiz foi utilizado até meados de 1920 polos russos, para distingui-los dos cazaques, que também eram referidos como quirguizes.

Para compreender a delimitaçom territorial das Repúblicas da Ásia Central há que fazer mençom à divisom dos territórios durante o período soviético. Algumhas naçons dependiam unicamente da sua situaçom geográfica para se separarem da URSS. Podia formar uma República Socialista Soviética (RSS) todo ente que tivesse fronteira com um país estrangeiro ou um litorâneo marítimo a um mar aberto. Esta medida foi concebida para os Tártaros da Rússia nom formarem umha RSS. Outras naçons eram Repúblicas socialistas Soviéticas Autónomas (RSSA), sempre ligadas a umha RSS ou à RSFSR. Em 1926 o Quirguistám constituía-se em RSSA da URSS, e depois dez anos tornaria-se RSS.

Paisagem quirguiz
abrahan bande paz

Principais cidades

A capital do Quirguistám, Bisqueque, outrora chamada Pishpek –no Canato de Kokand– e depois Frunze, em graça do general do Exército Vermelho nado lá, está situada no norte do país. Foi importante via de passo da Rota da Seda, pola sua localizaçom a meio caminho entre a cidade mais povoada do Cazaquistám –Almaty– e a atual capital do Uzbequistám, Tasquente. Hoje é o centro da atividade internacional da regiom.

Osh é a segunda cidade da República quirguiz. Localizada no sulista Vale de Fergana é umha zona muito arrigada às tradiçons. A maioria da populaçom é praticante do Islam – baseado na escola moderada hanafí, dentro do sunismo– e som bem visíveis, as diferenças nas vestiduras. Neste Vale, onde se produzírom sérios conflitos interétnicos, encontram-se as fronteiras do Quirguistám, Tajiquistám e o Uzbequistám.

Hoje, quase todo o ensino é em russo. Existem escolas em língua quirguiz, mas nom há muitas

Língua

O quirguiz é umha língua de origem túrquica que pertence ao ramo quipchaque, tal e como o Cazaque, o Nogai Tatar e o Karakalpak. Desde a independência do Quirguistám –1991– coexistem duas línguas oficiais: o russo, pola sua pertença durante décadas à Uniom Soviética; e o quirguiz, assinalada a segunda língua do país em 1991. Outra língua muito falada –porém nom oficial– é o uzbeque, devido às migraçons massivas através do Vale de Fergana.

A língua marca fortemente as diferenças norte-sul. Falar russo no norte vê-se sofisticado e educado. No sul há umha tendência –nom generalizada- a verem os quirguizes russófonos com deslealdade. Hoje, quase todo o ensino é em russo. Existem escolas em língua quirguiz, mas nom há muitas.

Política atual

O Quirguistám é umha república unitária multi-partidista, composta de um Parlamento –*o Jogorku Kenesh*– unicameral. Desde a sua independência tem um forte componente regionalista, legado da administraçom soviética.

O Partido Comunista da Kirgiziya (PCK) chefiou o governo durante a RSS. Após o colapso da URSS, o PCK passava a ser o Partido Democrático do Povo. O novo partido vencia nas primeiras eleiçons democráticas e Askar Askayev convertia-se no presidente do Quirguistám independente.

A década de 90 foi o período mais estável da república. Com a aprovaçom da constituiçom de 1993 houvo fortes avanços em direitos fundamentais, tais como a nom discriminaçom por motivos de género, éticos ou de religiom, ou a despenalizaçom da homossexualidade. Contudo, as principais reformas na agenda estavam a ser desenhadas com políticas em prol do livre mercado e a democracia liberal, em cumplicidade com ocidente. A mais disto, enquanto o presidente usava o clientelismo e abusava de interesses particularistas, umha alternativa opositora real começava a se organizar. A pressom fazia que Akayev cedesse perante os *blat* –clans– do sul, deixando muito descontente o norte. A sua soluçom foi adotar um rol de regulador de conflitos, o que levou a obter mais concentraçom de poder. A consequência foi umha viragem para um regime abertamente neopatrimonialista com perseguiçom de rivais políticos, controle dos principais ativos do país e fraude eleitoral.

As semelhanças com os vizinhos centro-asiáticos eram evidentes. Em 2005, todos os *blat* –exceto o de Talas, chefiado polo presidente – abandonárom as luitas internas para evitarem a transferência do poder

Vista do campo quirguiz
abrahan bande paz

de Akayev a um aliado. Assim, o crescente descontente popular provocava a histórica Revoluçom das Tulipas. Em consequência, produz-se a convocatória de eleiçons onde a oposiçom saia vencida. Além disso, os observadores internacionais admitiam que o processo nom cumprira os padrons democráticos. Os protestos fôrom massivos e mais de 10.000 pessoas cercárom a morada do presidente, que fugia em aviom a Moscovo.

Kurmabek Bakiyev foi o seguinte presidente da República. Tratou de buscar a legitimidade democrática e substituir o modelo de democracia dirigida que pretendia Akayev. Infelizmente a situaçom do país continuou instável e autoritária. Em 2009, o governo russo retirava o apoio a Bakiyev e aos clans do sul, o que provocaria graves distúrbios e umha ameaça de guerra civil. Após a fuga de Bakiyev para Bielorrússia declarava-se um governo provisional, baixo o liderado de Rosa Otunbáeva. A redaçom de umha nova constituiçom permitiu estabelecer limites, para que um único partido nom dominasse todo o sistema político. Já na década atual, o socialdemocrata Almazbev Atambayev vencia nas eleiçons e proclamava novamente a estabilizaçom o país. Longe de programar medidas em prol da democracia, submete a referendo o acrescentamento dos poderes do presidente, além de sérios retrocessos em direitos sociais. Sendo assim, começam fortes pressons da comunidade internacional, que o levam a renunciar ao cargo. Em 2017 o Partido Social-democrata quirguiz volta a vencer as eleiçons e Sooronbay Jeenbekov, primeiro ministro com Atambayev, torna-se o atual presidente da república.

> Embora a falta de estabilidade institucional, o país quirguiz tem uma dinâmica política diferente do resto de repúblicas da Ásia Central

Embora a falta de estabilidade institucional, o país quirguiz tem uma dinâmica política diferente do resto de repúblicas da Ásia Central. O investigador da UNED, Rubén Ruiz Ramas explica que “além de ser conhecida como a ilha da democracia, na verdade nom o é. Porém, os seus sucessos e fracassos distinguem o Quirguistám dos seus vizinhos”. Também acrescenta que este regime teve “umha trajetória fundamentada na retórica dumha procura da legitimidade democrática das instituiçons e governantes”.

A nossa viagem

Hoje descobrimos a Torre de Burana, perto de Tokmak. Agora, já de volta em Bisqueque, estamos num dos maiores bazares ao descoberto da Ásia, o *Osh bazar*. Aqui vamos apanhar umha *marshrutka* –transporte típico soviético– e cruzaremos o país, de Bishkek a Osh, a ritmo de música manasch. Chegadas ao destino, atravessaremos a Torre karakhanid de Özgön, degustaremos plov –umha das escassas opçons veganas– para logo ficarmos em pousio contemplando o oásis de Fergana, desde a montanha sagrada de Solimom. Amanhá partiremos bem cedo para a M41, Rodovia Pamir, onde dará para tocarmos as nuvens.

o bom viver

cinema / Ourense e a cultura / **26**

ronseis / Histórias placebo / **27**

cultura / Entrevista a Zoo / **28**

Breve história do desastre ambiental

A partir da década de 1950, a modernidade económica desenvolverá diversas indústrias e aproveitamentos que deixarám na Galiza um amplo abano de impactos ambientais. Alguns exemplos disto som as reflorestaçons com pinheiro e eucalipto ou o facto de ter-se convertido este país num território para a exportaçom de energia elétrica. Na década de 80 chegarám as políticas europeias que provocarám umha intensificaçom agropecuária no rural. Ao tempo, seguindo a esteira da AP-9, produz-se um deslocamento da populaçom cara à fachada atlântica. Na atualidade, apresentam-se reptos para o futuro como as bio-invasons ou a mudança climática. página **24**

pepe do couto

A GALIZA NATURAL /

Resumo breve da nossa problemática ambiental

joão aveledo

"Non se quere suxerir neste capítulo que todo isto que nel se especifica acontecese por ser protervo o franquismo (que si o foi). Case todo, neste período, fíxose aquí de forma semellante a como se fixo na Europa occidental"

(*Historia contemporánea da destrución da natureza en Galiza*, Xurxo Pintos).

Contam os arqueólogos que há ao redor de 10.000 anos um aquecimento climático propiciou a chamada Revolução Neolítica. Em diferentes pontos do planeta e a diferentes ritmos, tribos de caçadores-coletores foram deixando o nomadismo para se irem progressivamente sedentarizando e desenvolvendo a pecuária e a agricultura. Foi assim como os nossos antepassados começaram a roubar terras aos bosques para as converterem em prados e leiras. Uma desflorestação que progrediu com a passagem do tempo conforme aumentou a pressão demográfica. Além disso, aqui, como no resto da Europa, com escassas exceções, as matas virgens acabaram praticamente por desaparecer, transformando-se em florestas antrópicas, bosques modificados pola mão humana.

Por outra parte, o uso de armas de fogo facilitou a caça abusiva daqueles animais que julgávamos concorrentes ou fonte de proteínas. Foi isto que, entre os séculos XIX e XX, levou ao extermínio no nosso país de espécies como o lince-euroasiático (*Lynx lynx*), a cabra-brava (*Capra pyrenaica*), o veado (*Cervus elaphus*) ou o rebeço (*Rupicapra pyrenaica*).

Mesmo assim, o fruto desta "domesticação" secular da paisagem galega foi um mosaico agro-florestal com alta biodiversidade e essencialmente integrado em dinâmicas de equilíbrio ecológico.

A situação mudaria de forma radical a partir dos anos 50 do século passado, com o início dum processo de modernização económica e com uma série de intervenções estatais nos setores agropecuário e florestal.

Nessa década, o Património Florestal do Estado empreende um plano de reflorestação maciço com espécies de crescimento rápido, fundamentalmente pinheiros e eucaliptos, expropriando para isso mais da terceira parte dos montes comunais. As consequências foram funestas: incêndios, emigração, colapso demográfico... Depois viria a instalação das celuloses de Ponte Vedra e Návia, indústrias altamente poluentes para o meio marinho.

O eucalipto acabou por ser percebido como a única alternativa económica viável, convertido quase numa monocultura, que agora, com o *Eucaliptus nitens*, ameaça também com invadir as zonas frias do interior.

Com estes antecedentes, não deve estranhar que padeçamos vagas periódicas de incêndios há cinco décadas, concentradas na metade sul do território, abundante em montes comunais e com clima mais seco.

A entrada na Comunidade Económica Europeia em 86 e a aplicação da Política Agrícola Comunitária acelerou o abandono do campo. Entre 85 e 97 sofremos a perda de 200.000 empregos agrários...

O que restava do mundo rural ainda ia sofrer uma intensificação agropecuária, com geração de grandes volumes de enxurro e um uso elevado de praguicidas e fertilizantes químicos.

Em cerca de 20% da superfície galega foram feitas concentrações parcelares, em geral, pouco respeitosas com a natureza, pois têm eliminado sistematicamente refúgios da biodiversidade, como valados e sebes. Exemplo especialmente dramático foi a destruição em 94 do arvoredo autóctone que circundava a antiga lagoa de Antela. Mais um desastre ambiental que se somou à própria dessecação feita em 58 do que era, talvez, o maior lago de água doce da Península. Já agora, a esta dessecação seguiram outras na Terra Chã (Cospeito, Espinheira, Caque...).

Entretanto, seguindo o eixo marcado pola autoestrada do Noroeste, a população foi-se concentrando na fachada atlântica, arredor de cidades e vilas carentes em muitos casos dos necessários planos de ordenamento urbano e de estações de tratamento de águas residuais adequadas.

Uma sociedade industrializada precisa de enormes quantidades de energia e a Galiza foi destinada dentro do estado a ser subministradora principal desta.

Durante o franquismo construíram-se mais de trinta barragens para a produção de energia hidroelétrica nas bacias dos principais rios. Isto implicou a inundação de terrenos agrícolas e florestais, a alteração dos padrões erosivos, a desfiguração de elementos singulares da paisagem (como a cascata do Ézaro ou o canhão do Sil), para além de prejudicar gravemente as espécies de peixes migradoras, como o salmão (*Salmo salar*) ou o praticamente desaparecido esturjão-europeu (*Acipenser sturio*).

As centrais termoelétricas das Pontes e Meirama foram feitas nos anos setenta para aproveitarem jazigos de lignito, um carvão rico em enxofre e portanto origem de chuvas ácidas. Estas e outras indústrias mineiras, como as louseiras ou as pedreiras de granito, são exemplos de atividades extrativas com forte impacto ambiental.

Plano aéreo da lagoa de Antela
instituto geográfico estatal

A instalação em 64 da refinaria na Crunha, numa costa tão perigosa para a navegação, está diretamente relacionada com as marés negras que sucessivamente assolaram o litoral

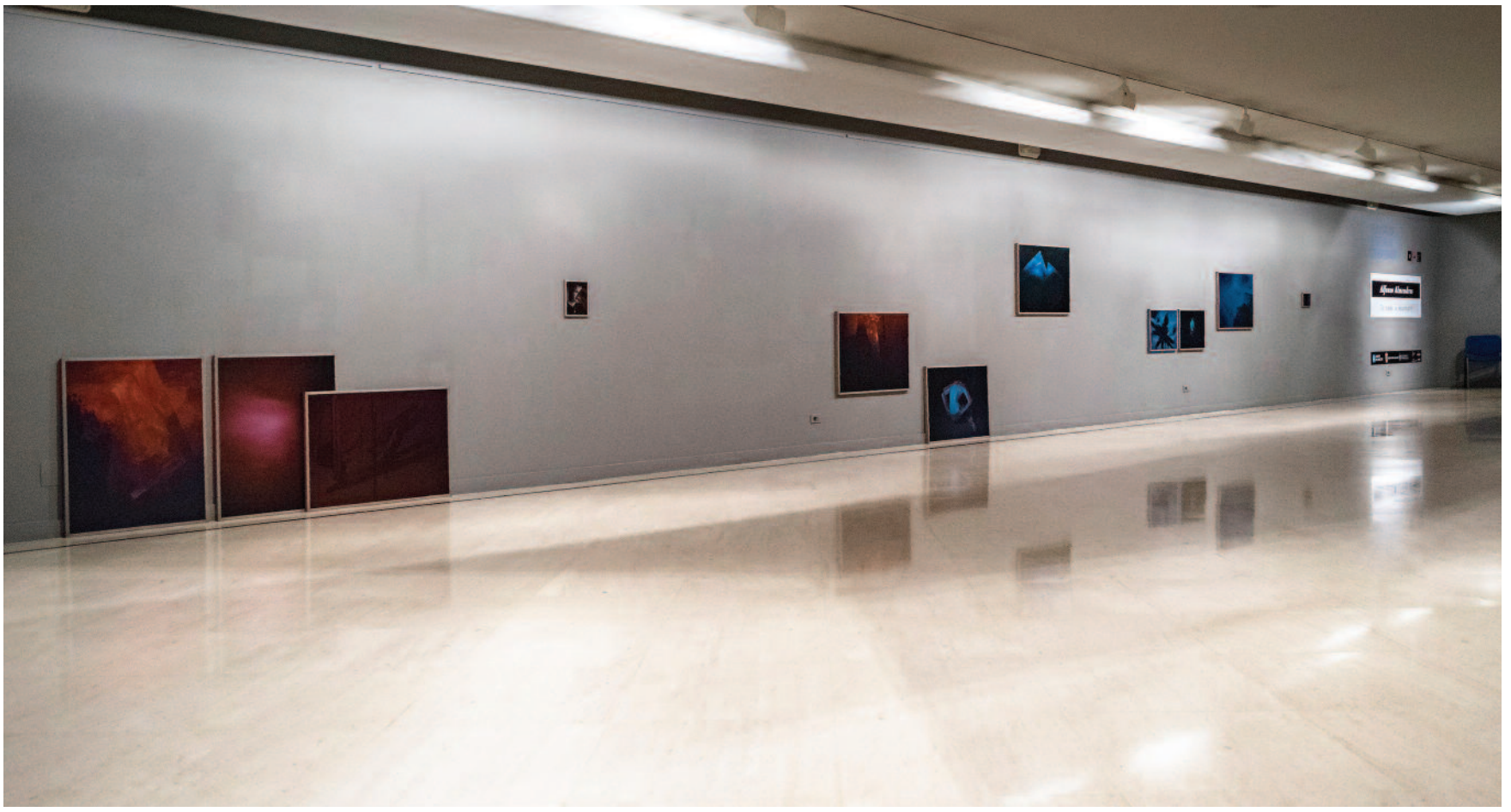
A instalação em 64 da refinaria na Crunha, numa costa tão perigosa para a navegação como a galega, está diretamente relacionada com as marés negras que sucessivamente assolaram o litoral, resultado dos naufrágios dos petroleiros Urquiola, Andros Patria, Aegean Sea e Prestige.

Até aqui um breve resumo do passado e do presente. Certo que na atualidade algo mudou. Teoricamente, há uma maior consciência ambiental e alguns dos erros cometidos anos atrás tentaram ser corrigidos. Porém, a lógica económica é inexorável e poucos são os que estariam dispostos a renunciar à nossa sociedade consumista, predadora de ingentes quantidades de matérias-primas.

Ora bem, cabe certo otimismo. Estamos a viver uma Terceira Revolução Industrial, a Revolução da Informação que sem dúvida vai propiciar soluções tecnológicas para muitas das ameaças que hoje em dia pesam sobre o Planeta.

Não obstante, na Galiza, no futuro é previsível continuem a piorar circunstâncias tais como o despovoamento (incêndios, eucaliptização...) ou como o efeito barreira provocado polas grandes infraestruturas de comunicação (com fragmentação das populações de diferentes espécies, perda da diversidade genética e portanto risco de extinção)... E como o problema global que mais nos preocupa e para o qual não vemos solução, o das bioinvasões. Caminhamos para uma Neopangeia, uma espécie de continente único, muito mais homogéneo e muito menos diverso.

E tudo isto junto com um aquecimento climático que parece imparável.... Uffff!



Exposiçom do Outono Fotográfico

Como rematar de vez com a cultura

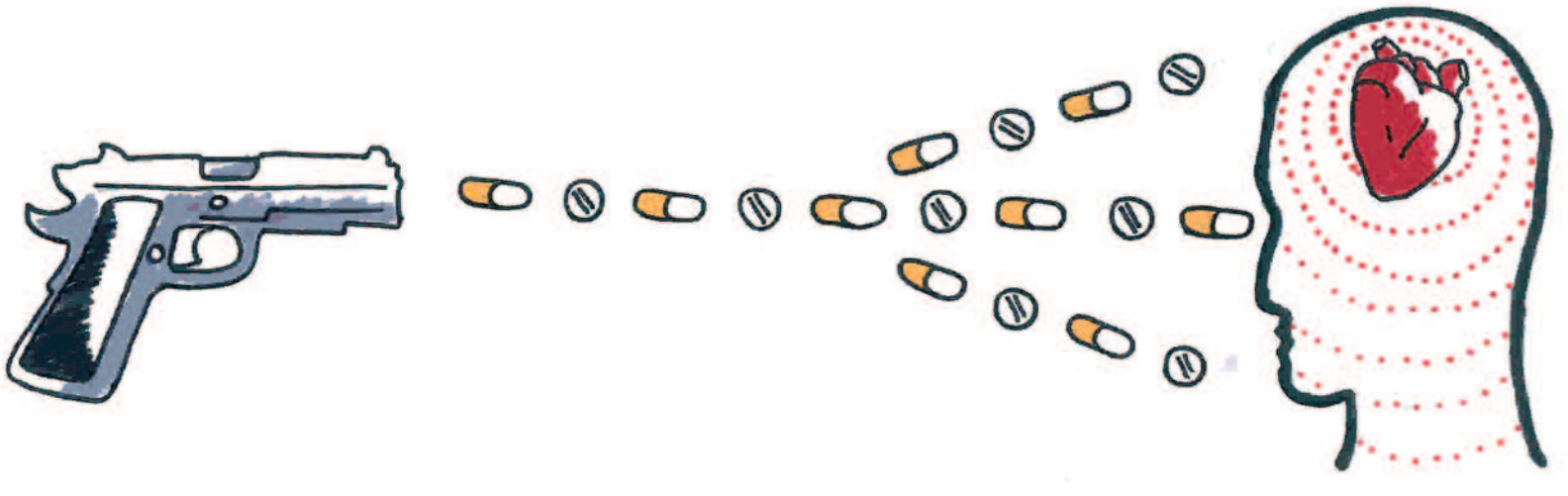
luis x. cepeda

Ultimamente sucedérom-se as polémicas arredor das políticas culturais do Concelho de Ourense. Pessoas do tecido cultural da cidade aparecérom em *La Región* a queixarem-se de que a conhecida como a "Atenas galega" ficasse em pouco tempo sem o Outono Fotográfico, sem Banda de Música, com o Museu Arqueológico Provincial fechado e tivesse problemas com as livrarias ou o Festival Internacional de Teatro. O conflito mais forte foi o do OUFF, o Festival Internacional de Cinema, com a demissom do diretor artístico Fram Gayo depois de negar-lhe, o Concelho, a possibilidade de contar com a sua equipa, e com a cancelaçom da ediçom de 2018.

Muitas personalidades do cinema e mais o Cineclube Padre Feijó apoiárom Gayo nos seus comunicados, com o do Cineclube pedindo a demissom da Concelheira de Cultura, Belén Iglesias. Isso mesmo fijo a oposiçom, com a exceçom de Gonzalo Pérez Jácome, de Democracia Ourensana, que pedia diretamente a supressom dum evento "que tira apenas o 1% do seu custo", ademais de pedir umha condecoraçom para a concelheira por conseguir em poucos meses o que o seu partido nom lograra em anos: algo que podemos definir como "cargar-se os chiringuitos". Poderia ser umha visom popular em Ourense?

Estes debates tendem a fechar-se em falso. Se olhamos para um conflito como este de perto, podemos ver um exemplo evidente de má gestom pública. Se olhamos dum pouco mais longe, podemos ver um exemplo da má adequaçom das leis à realidade do trabalho cultural. E, caso olharmos ainda de mais longe, temos a Jácome, no seu pensamento puramente liberal, formulando indiretamente umha questom relevante. Umha questom que coloniza as nossas cabeças: a que projetos culturais devem destinar dinheiro as administraçons?

Coloniza porque impede a pergunta necessária: Podemos pensar a cultura (e as políticas culturais) à margem do dinheiro? É imprescindível opor-se a um pensamento que valora a cultura em termos económicos. Mas é necessário lembrar que essa valoraçom nom só está presente no discurso de alguém que, como Jácome, liga cultura a rendibilidade. Está também na centralidade da industria e o profissionalismo nas políticas culturais. Enquanto o debate sobre elas gire arredor de investimento, postos de trabalho e consumo, estaremos a tratar a cidadania como umha entidade passiva à que há que entreter, ou educar, como se os concelhos e as pessoas (ou a cultura e o público) tivessem de ir por separado. Neste contexto, o apoio a projetos nom rendíveis (que costumam ser os minoritários) terá sempre o sesgo arbitrário dumha elite que decide a cultura que as pessoas necessitam. Fai-no em base a uns valores comunitários? Só no melhor dos casos (e o OUFF poderia ser um). Mas essa cultura criada em base a valores comunitários fai-na principalmente a própria cidadania, que cria e participa em muitas formas e espaços, marginados numhas políticas que giram arredor dos eventos e nom da criaçom de equipamentos, ferramentas e facilidades legais. Se calhar havia que dar-lhe umha volta e fazer que as políticas culturais tivessem como centro as agrupaçons desportivas, os coletivos culturais ou as bibliotecas. Fazer que falasse menos em dinheiro e legalidade e mais em cultura de abaixo, livre e até descontrolada.



nerea v. lameiro

BOTEQUIM DE INVERNO /

Histórias placebo

maria bagaria frá
ervameira.blogspot.com

Qualquer remédio, com exceçom dos homeopáticos, tem de passar umha série de provas de controlo que requerem que se mostre mais efetivo que o efeito placebo, para ser reconhecido como medicamento e poder ser comercializado e subministrado como tal. Nestes estudos as pessoas voluntárias som divididas em grupos, de forma que um recebe a droga e outro toma um falso medicamento, sem saber disto nem a pessoa que a consome nem a que a administra (duplo-cego). Com esta pesquisa é possível avaliar se o remédio aporta efeitos positivos, comparando o grupo realmente medicado com o grupo que estivo a consumir pílulas de açúcar. Em resumo, é o placebo o que permite ponderar a eficácia da substancia química.

Estudos recentes mostram que o efeito placebo está a dar algumha dor de cabeça à comunidade científica, pois desde que se estuda (lá por 1799) até os nossos dias, nom tem deixado de medrar, associando-se a variáveis do mais insignificantes, como o tamanho ou a cor da pílula, o trato amável do pessoal medico ou o preço - e a publicidade - do produto.

Na medicina convencional esta é umha questom de que se fala com a boca pequena e acontece-nos, a quem fomos adoutrinadas neste mesmo jeito de entender, que ficamos confusas quando vemos como o efeito placebo é utilizado sem reparos como mais umha ferramenta para a sanaçom. E isto acontece de seguido nas praticantes da medicina tradicional baseada no uso de ervas medicinais.

Antes de poder eu compreender (e praticar) isto, encontrei-me numha vila rural com um grupo de mulheres falando sobre plantas. Na apresentaçom falou umha conhecida minha que, segundo a sua detalhada versom dos feitos, que seria mui longa para reproduzir aqui, tinha curado as feridas que lhe causaram uns toros de pinheiro que caíram da carga de um tractor, colhendo-lhe a pernas à altura dos gémeos, com um óleo de árnica que eu lhe tinha apresentado numha ocasiom. A história nom seria inverosímil, se nom tivesse afirmado com total determinaçom “a manhá seguinte nom tinha nada!”. Ainda nom sabia eu da importáncia radical de fomentar este tipo de crenças sobre os remédios antes de aplicá-los, e nom puidem evitar ficar vermelha ao sentir-me adulada.

Agora que já conhecim muitos relatos assim fume familiarizando com essa bonita maneira de falar do mágico poder das ervas, e compreendim o sentido de essa oratória. O que antes achava de larcheios desnecessários para se referir às propriedades curativas de um remédio, agora cobram sentido no fio de um protocolo onde a atençom ao corpo nom pode desligar-se da atençom à mente, onde a enfermidade nom é atendida como umha falha mecánica senom como um momento da vida. E todas as histórias que acompanham a árnica como a outras das mais reconhecidas ervas da nossa tradiçom medicinal, malva, chantagem, verbena, dentabru,.. formam parte do seu potencial medicamentoso.

O efeito placebo está a dar algumha dor de cabeça à comunidade científica pois, desde que se estuda até hoje, nom deixou de medrar

De seguro que muitas das leitoras se terám topado no meio de umha conversa onde se louvavam as propriedades milagrosas de algum remédio, que tinham mudado a vida de alguém que vivia no desespero. Gravem nas suas memórias! Sem ainda umha explicaçom científica para as caprichosas manifestaçons do efeito placebo, é o jeito de conservar a nossa medicina nas melhores condiçons para quando precisarmos dela.

Toni Sánchez, 'Panxo'
cantante de Zoo –terceiro pola esquerda– com o resto de grupo.

paulo bouzas

"A resistência cultural é umha má soluçom, gostava de que a resistência fosse real"

maria álvares rei
mariaalvaresrei@novas.gal

Zoo nasceu em Gandia (País Valenciano) no ano 2014, continuando o caminho de grupos tam potentes como Obrint Pas. A mistura de ritmos eletrónicos com o rap, o reguetom, o rock ou o ska, combinada com umhas letras em catalám com umha forte carga política, foi a receita que os fijo referentes na cena musical estatal. Na noite do Revenidas dedicada aos Países Cataláns falamos com Panxo, cantante e compositor do grupo, antes de encher em Vila Joám. Música, língua e povos oprimidos traçam linhas paralelas entre a Galiza e o País Valenciano.

Galiza e o País Valenciano sempre destacárom por umha potente cultura musical, grupos muito críticos com o poder e também letras combativas. Zoo é mais um exemplo. Se calhar a criaçom cultural está ligada com a repressom?

Eu nom o formularia assim, já que Andaluzia ou Estremadura também som povos que tivérom expressons culturais muito fortes e nom tam vinculadas com um componente nacional. Contodo, sim que creio que há sempre umha resposta, por meio da cultura, frente à repressom. Galiza e o País Valenciano partilhamos, através da nossa resposta, elementos comuns, sobretodo o do sentimento de naçons oprimidas. País Basco e Catalunha também, mas sempre estivérom como um degrau por riba de nós em termos de dignidade e de autoestima.

De facto, a primeira vez que visitamos a Galiza lembrou-nos muito no nível sociológico ao País Valenciano, no sentido que de portas cara a fora ambos os países temos o estigma de sermos de direitas e muito fieis ao PP. Mas quando penetras um pouco neles, descobres umha cultura brutal e surpreende também a consciência nacional. Galiza é um povo como o nosso, que nom acabamos de acreditar como povo e onde o auto-ódio também está mui presente.

Mas também penso que as resistências culturais som umha má soluçom. Eu gostava de que a resistência do povo galego ou do povo valenciano fosse real. Berrar quatro consignas está mui bem, mas a nível de transformaçom nom fai muito. É umha contradiçom também na qual vivemos os músicos. Nós lançamos consignas, mas por outra banda fazemos de discotecas e as pessoas nom venhem aos concertos transformarem nada.

Fazer cançons na vossa língua e nom em castelhano como pode ajudar a normalizar umha língua minoritária, sobretodo entre a mocidade?

Aqui sim que som muito mais otimista. No País Valenciano grupos coma Obrint Pas ou La Gossa Sorda figérom muito mais polo nosso país e pola nossa língua do que as instituiçons, no sentido de difundirem e mostrarem umha realidade diferente da que nos meios se difunde de Valencia.

Penso que desde o País Valenciano estes grupos dérom, de portas para fora, umha visom muito mais rica do que somos. Podemos dar conta que somos um país cheio de musicalidade e talento escondido.

***Tempestes venen del sud* e *Raval* dam nome aos dous discos de Zoo. Os dous som umha alusom evidente às eternas esquecidas. Situá-las nas vossas capas pode ser umha homenagem aos povos do sul e as habitantes das periferias?**

Sim, para nós é muito importante lembrá-las porque todos os movimentos, sociedades e todos os povos necessitárom construir ferramentas de reafirmaçom através dum discurso, polo tanto é importante pôr nomes, verbalizar e construir conceitos porque se nom há palavra nom há realidade. Ademais é natural e necessário... Depois está a repercussom que consigas dar-lhe a isso, mas qualquer movimento necessita refazer-se através da palavra e dum discurso.

Vós também fazedes reguetom. Umha música que está no ponto de mira polas suas letras, mas com um ritmo mui potente. Gerou-vos algumha contradiçom fazer este tipo de música?

Agora há muito debate ao redor da apropiaçom cultural e todas estas coisas das estéticas, mas realmente é um debate muito academicista para o meu gosto, e nunca nos interessou muito entrar neste debate. E tampouco nunca figemos música para que digam que fazemos umha música oprimida, nós figemos sempre a música de que gostamos: reguetom, eletrónica, de dançar... Sem revesti-lo dumha cousa muito meditada.

O público de Zoo nom só é catalám, basco ou galego. Vós também arrasades em Madrid ou Estremadura. Pensas que às vezes os grupos tenhem mais preconceitos com Espanha do que poda ter Espanha cara a vós?

É umha boa pergunta. Nós temos o nosso posicionamento político sobre a autodeterminaçom e o que queremos ser, entendemos que Espanha é um conceito do que se apropriárom mas nós nom temos nenhum ódio ao povo espanhol nem a quem se quiger sentir espanhol. Entendemos que o projeto de Espanha está construido sobre ideias, algumhas das quais passam por anular-nos como povo e invisibilizar-nos, e precisamente isto é o queremos dizer através das nossas cançons. Penso que muitas pessoas em Espanha também som capazes de verem isto, de entendê-lo e de apoiá-lo, e como mostra esta muita gente que sendo espanhola apoia os movimentos de autodeterminaçom.

bernat almirall

"Lembrar as periferias é muito importante porque todos os movimentos, sociedades e todos os povos necessitárom construir ferramentas de reafirmaçom dum discurso"

Pergunta obrigada: que significado tivo o 1 de Outubro para vós?

Para as valencianas foi um referente, um exemplo. Mas para o nosso país este caminho ainda fica muito longe. Por outra banda, nesta data visibilizou-se o descrédito do projeto espanhol. Como valencianas somos conscientes de que levamos ritmos e tempos diferentes que Catalunha mesmo sendo parte dos Países Cataláns. Mas também acho que agora é um bom momento precisamente por este descrédito de tentar consolidar e fortalecer a nossa identidade como povo.

Num plano prático para muitas de nós gerou muitíssima raiva e dor, mais umha injustiça das quais olhamos em muitos povos e lugares do mundo, ainda que esta tocou-nos muito mais de perto.

Umha similitude mais entre a Galiza e o Pais Valenciano é que temos ao lado um referente cultural e linguístico onde a nossa cultura floresce. Portugal no nosso caso e Catalunha no vosso. É duro enfrentar-se ao que puidemos ser e nom somos?

É duro porque nós sempre estamos na sombra de Catalunha ou de Espanha. Em Espanha somos *"el*

paulo bouzas

último mono" mas nos Países Catalans, também. Por isso algumhas valencianas a raiz do que passou em Catalunha nos últimos anos também dizemos: calma, que Catalunha é Catalunha e nós aínda temos muito trabalho por fazer. E creio que também seria um erro entregar-se a um projeto já feito. Temos que olhar-nos a nós mesmas, fazer autocrítica e tentar construir desde todas as carências que temos porque ainda fica muito para ser um povo como o catalám.

Nos Países Catalans, este ano, o movimento feminista pujo no ponto de mira o comportamento machista de muitos grupos e músicos. Este foi denunciado através das redes, saindo à luz comportamentos desrespeitosos com as mulheres, abusos e mesmo violaçons. Zoo também foi assinalado...

Estamos num momento de fazer umha autocrítica forte e entendemos este momento para crescer.

Plantou-se-nos umha realidade diante que tem umha parte mui grande de verdade e que estou convencido que vai servir para reflexionar. Somos perfeitamente conscientes de que como homens e músicos temos uns privilégios e se queremos ser coerentes há que rachá-los. Portanto entendemos estas acusaçons como umha oportunidade para parar, pensar, estudar e falar entre nós para assumir umha parte desta critica que é totalmente real e certa e portanto, mudarmos.

A cançom 'El cap per avall' de *Raval* é umha radiografia do País Valenciano, de como era e de como foi esquilmado. Mas como é o Pais Valenciano? Como o definirias?

É um pais cheio de contrastes, um país mui rico e bonito em muitos aspetos mas fortemente maltratado e oprimido durante séculos. Um maltrato que fijo muito dano e que ainda estamos a pagar. Mas ao final da carreira nom deixa de ser um pais que quer ser normal, com os mesmos direitos que qualquer outro. Isso é o que reivindicamos.

"Somos perfeitamente conscientes de que como homens e músicos temos uns privilégios e se queremos ser coerentes há que rachá-los"

CENTROSOCIAIS

COMPOSTELA/
O PICHEL
Santa Clara
CASA DE SAR
Curros Enríquez

VIGO/
A COVA DOS RATOS
Romil
DISTRITO 09
Coia
FAISCA
Calvario
A REVOLTA DO BERBÊS
Rua Real
CSOA A QUINTA DA CARMINHA
Rua do Carme

OURENSE/
CSO A KASA NEGRA
Perdigom
A GALLEIRA
Praça Sam Cosme

PONTE AREIAS/
CSA O FRESCO
Bairro da Ponte

RIBEIRA/
CSA O FERVEDOIRO
Rua Mendes Nunes

LUGO/
ATENEO LIBERTARIO A ENGRANAXE
Rio Sil
CS MADIA LEVA
Serra dos Ancares
CS VAGALUME
Rua das Nóreas

A CORUNHA/
CS A COMUNA
Doutor Ferrant
CS GOMES GAIOSO
Marconi
ATENEO LIBERTÁRIO XOSÉ TARRIO
Gil Vicente

FERROL/
CS ARTÁBRIA
Trav. Batalhons
ATENEO FERROLAN
Magdalena

NAROM/
CS A REVOLTA DE TRASANCOS
Alcalde Quintanilla

ALHARIZ/
CSA CAMBALHOTA
Caminho do Castelo

A GUARDA/
O FUSCALHO
Frente a Atalaia

PONTE D'EUME/
LS DO COLECTIVO TERRA
Boa Vista
CSOA A CASA DA ESTACION
Avda. Ferrol

BURELA/
CS XEBRA
Leandro Curcuny

PONTE VEDRA/
LICEO MUTANTE
Rosalia de Castro

CANGAS/
A TIRADOURA
Reboredo

CASTROVERDE/
A CHAVES DAS NOCES
Sam Juliam de Pereirámá

SARRIA/
BURIL
Travessia da Rua Nova

O QUE FAZER?

LUGO SEM MORDAÇAS. A plataforma Lugo Sem Mordaças chama a manifestar-se contra o projeto de ordenança cívica proposto polo governo do PSOE, e apoiado por PP e Ciudadanos. A plataforma denuncia que esta ordenança cortará as liberdades da cidadania, ao impor multas por diversas atividades na rua.
PRAÇA DE SANTA MARIA, LUGO
QUARTA-FEIRA 26 DE SETEMBRO ÀS 20.30H

FESTIVAL DAS BRÉTEMAS. As Brétemas chegam com a temática 'Somos do monte'. A fim de semana estará cheia de atividades, começando com um serám na noite da sexta-feira. Sábado haverá de tarde palestras do SLG, sobre a titulariedade partilhada no rural, edo SAT, sobre a situaçom das temporeiras de Huelva. Às 22h do sábado começam os concertos, com as pandereteiras de Gargamala, as Tamborililás, Zenzar, La Basu, Koban, Flou do Toxo e Côco Dança Estímulo.
FEIRA VELHA, PONTE AREIAS
SEXTA-FEIRA 28 E SÁBADO 29 DE SETEMBRO

(vem da página 32)

Ons, e Sam Genjo e o faro de Fisterra. O caminho é deles, para refocilamento das autoridades públicas e os grandes cabeçalhos; e dentro de pouco a da loja, a peixeira, a carteira e mais tu nom ides poder sair da casa sem que vos peçam o cartom de filiaçom à causa turística. Mas até que esse dia chegar nom digas nada, shhh, nom alces a voz, que alguns ainda acreditam que vivemos do turismo.

isto nom é um periódico

nas tuas maos tes umha ferramenta
feita com o trabalho de muitas pessoas que cada mês fam a sua achega à construçom dum meio próprio, que acompanhe a galiza que se move e abra fendas nas estreitas paredes do discurso dos poderes.

mas esse trabalho, do jornalístico à distribuiçom, move-se graças ao motor da nossa comunidade de leitoras. desde a aposta firme na independência informativa, as subscriçons som a garantia de mais e melhor informaçom crítica, mais e melhor novas da galiza.
por isso, está também na tua mao.

fai-no possível
em www.novas.gal/loja

Lidia Filgueira e Carmen Pereira
Camareiras de pisos

ena barbazán

“Vás medicada para continuar a trabalhar”

redaçom
conselho@novas.gal

Lidia Filgueira e Carmen Pereira, camareiras de piso, pelejam para que se funde a Uniom Kellys Galiza para luitar polos direitos das trabalhadoras.Lidia leva seis anos trabalhando como camareira de piso em hotéis compostelanos. Um sector no qual a precariedade é cada vez maior. Decidiu, junto com várias companheiras, somar-se à convocatória da associaçom estatal de kellys- “que limpam”- e manifestarem-se no dia 25 de agosto.

Quais som as reivindicaçons das camareiras de piso?

Pedimos a nom externalizaçom do departamento de pisos, porque nos prejudica; também a reforma antecipada aos 61 anos. Que se reconheçam as doenças próprias do nosso trabalho como laborais e que se regule a nossa carga de trabalho. Normalmente, calculam os minutos que pode levar limpar um quarto sem ter em conta as suas características.

Qual é a situaçom das camareiras de piso na Galiza?

Mui precária. Muitos dos hotéis contratam empresas externas para as tarefas de limpeza. A nós contratam-nos por meses, às vezes por dias ou mesmo por horas. Reduzem-nos o salário até num vinte cinco por cento. A carga de trabalho também é maior. Nalguns hotéis tés que fazer vinte quartos em jornadas de oito horas ou mais, pagando a quatro com setenta e cinco euros netos a hora. Há hotéis que nom querem fazer nem fixas nem fixas-descontinuas. Quando fás um ano nom te querem renovar. Eu levo vários anos indo de hotel em hotel por isso mesmo. Há pessoas que levam trabalhando anos como extras e seguem a ser temporais.

É possível a conciliaçom?

É bastante complexa. Com a carga de trabalho que temos muitas vezes chegas à casa com poucas ganas de estar com as tuas crianças.

Que repercussons tem o vosso trabalho na saúde?

Sobrecarregamos os músculos e a nossa saúde vê-se deteriorada. É normal ter tendinite, a síndrome do túnel metacarpo ou epicondilite. Tés estas doenças e continuas a trabalhar porque o trabalho é temporal e ti tés que ganhar dinheiro. Muitas vezes vás medicada. Tenho trabalhado com dor de costas, mas tés medo de que nom te voltem chamar.

Ides organizar umha federaçom de kellys na Galiza?

Queremos fazer umha reuniom a finais de setembro para ver a possibilidade de organizar a associaçom e avaliar outras ideias. Eu penso em fazer umha cooperativa, ou umha empresa gerida pola associaçom de kellys, que se encarregue de contactar com os hotéis e de gerir as altas e as baixas, para eliminar às empresas externas e ganhar-lhes no seu próprio terreno.

Quais som as principais dificuldades que topades para organizardes-vos?

O problema é o medo. Se se soubesse que estamos sindicadas ou relacionadas com as kellys nom nos voltariam chamar. Há medo a ver-se prejudicada ou punida. Também há pessoas que aguentam todo, que dizem ″mau será″ ou ″em todos os lugares é assim″. Conformam-se e seguem adiante.

Primeiro tomárom Manhattan...

Patricia A. Janeiro

Na Lavacolha, a carom da paragem do autocarro, há um supermercado pequeninho que rege umha família. Cada dia, à hora de fechar, comprovam que as contas nom batem certo porque lhes falta mercadoria: um dia fôrom quatro garrafas de vinho, outro dia umha de canha, vários sacos de patacas, um queijo...

Há pouco entrou a peixeira a chorar. Tem umha carrinha para ir de casa em casa pola zona, levando o peixe aos velhos que já nom descem a Santiago comprar na praça. Umha manhá – a mesma manhá em que a do súper notou a falta de quatro garrafas de vinho – deixou estacionada a carrinha frente a umha das casas que visita, e quando saiu tinha o retrovisor arrancado e umha fenda na chapa. Terá de assumir a reparaçom, porque nom há seguro que cubra os estragos de fantasmas.

A carteira que também para no súper está com ansiolíticos. Por vezes empurrana, por vezes berram-lhe cousas, por vezes tentam levar-lhe o carrinho quando ela está parada a falar com algumha pessoa da paróquia. Um dia umha senhora dijo-lhe que se apartasse, que o caminho era deles.

O caminho é deles porque assim lho prometem as agências de turismo e a publicidade institucional por igual; é muito económico, porque se tiveres fome sempre podes entrar numha loja ao pé da estrada e roubar um saco de patacas ou um queijo; é muito entretido, porque sempre há peixeiras e carteiras de quem rir, e se passares à frente de umha casa e houver um cam, sempre podes leva-lo contigo centos de quilómetros e depois abandona-lo em Santiago, a fim de contas, nunca foi teu.

O caminho é deles e Compostela começa também a se-lo, o mesmo que as Cies e

(remata na página 31)